



CCP
CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

Vencer a crise para ganhar a década



BOLETIM N.º #15 DEZEMBRO 2022

"UM NOVO ANO E DE NOVO COM A CRISE COMO CENÁRIO DE FUNDO"

A necessidade de políticas públicas nacionais que contrariem a tendência recessiva e invertam o surto inflacionista.

02

OS NÚMEROS:

"INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS"

O ano de 2022 terminou com a inflação em alta, com uma subida das taxas de juro e com um novo ciclo de desaceleração do crescimento económico e de abrandamento no emprego.

08

"PIB PER CAPITA DE PORTUGAL E DO CONJUNTO DA UNIÃO EUROPEIA"

Entre 2019 e 2021 um retrocesso face à média comunitária e uma dinâmica evolutiva abaixo da grande maioria das economias com níveis próximos dos de Portugal.

14

AS POLÍTICAS:

"PROGRAMAS COMUNITÁRIOS: A NECESSIDADE DE OS REAJUSTAR À ACTUAL CRISE E A UM NOVO MODELO ECONÓMICO PARA O PAÍS"

Ajustar o PT2030 à crise actual que a Europa atravessa e estruturar o Programa de acordo com os desafios de mudança que o país enfrenta."

16

"PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2023"

A Comissão Europeia adotou o seu Programa de trabalho para 2023, com propostas concretas para a realização de seis objetivos que considerou prioritários e que estão alinhados com os propósitos da transição ecológica e digital, com o reforço do modo de vida europeu e da sua democracia e com o objectivo de fortalecer o papel da Europa no Mundo.

20

OS DESAFIOS:

AS "CIDADES ESPONJA"

As alterações climáticas colocam às cidades - e em particular às cidades estuarinas - um conjunto de desafios no que respeita ao modo como podem adaptar-se tornando-se mais resilientes aos impactos dessas alterações.

24

"A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA U.E. - UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO E GNL EM 2022"

Findo o ano de 2022, importa fazer um balanço das razões para a evolução dos preços do petróleo e do gás natural liquefeito (GNL), e procurar, na medida do possível, determinar a sua evolução para o próximo ano.

26

Cofinanciado por:



PO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL
INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



"UM NOVO ANO E DE NOVO COM A CRISE COMO CENÁRIO DE FUNDO"

1. Conseguir "Vencer a Crise" para "Ganhar a 2ª Metade de Década"

A esta publicação da CCP, agora no seu nº 15 e que iniciámos em 2020, demos o nome de "Vencer a Crise", no contexto do imprevisível aparecimento do COVID, de que pouco se sabia sobre os seus efeitos, mas de que havia uma expectativa generalizada que seria um surto pandémico com uma duração limitada: talvez dois anos no máximo, pelo que logo de seguida teria lugar uma rápida recuperação que nos permitiria «ganhar a década». Aprendemos, entretanto, que tínhamos que vencer a crise sem conseguir eliminar o COVID, pois a estratégia «COVID zero» revelara-se impossível de concretizar. E, é quando a economia dava sinais de recuperação, embora sem eliminar por completo alguns dos efeitos da crise resultantes de falhas na oferta de determinados produtos e que fizeram disparar os preços – no conjunto da U.E., mas ainda não em Portugal – que eclodiu a, também pouco esperada, invasão da Ucrânia e a subsequente guerra neste país que, de imediato, se veio a repercutir em toda a Europa por via, muito

em especial, das sanções económicas que a U.E. decidiu aplicar ao invasor russo. Com uma forte dependência, por parte de um conjunto significativo de países europeus, de importações oriundas da Rússia, a Europa era, assim, atirada para uma nova crise.

O ano de 2022 foi, por isso, um ano marcado por duas tendências de sentido oposto mas que, pelo menos, até ao último trimestre do ano, continuou a ser de crescimento, embora com uma progressiva desaceleração do mesmo. A retoma do crescimento resultante da superação dos constrangimentos do COVID, começou a perder terreno no 2º trimestre do ano, perante o efeito das sanções nas importações europeias, que atingiu, sobretudo, o fornecimento de energia, de que a Europa é fortemente dependente, desregulando este mercado e fazendo disparar o preço, quer do petróleo, quer do gás natural, o que rapidamente se reflectiu no aumento dos custos de quase toda a cadeia produtiva, culminando num aumento significativo dos preços ao consumidor.

Com a inflação a atingir os dois dígitos em grande parte dos países da U.E. constituindo, ao longo dos anos, a variável macro mais preocupante, começaram a ser tomadas medidas de política económica para travar e inverter este novo surto galopante de subida dos preços. Ainda na primeira metade do ano os E.U.A. deram o sinal da sua imprescindibilidade (num contexto, apesar de tudo diferente) e já na segunda metade do ano a Europa seguiu caminho idêntico. Estas medidas tinham, em si mesmo, um efeito contraccionista na evolução da economia, o que explica que o BCE tenha retardado o mais possível a sua adopção considerando que a retoma pós-COVID ainda apresentava sinais de fragilidade. Desde logo esta política colocou a Europa perante um cenário previsional, de forte desaceleração do crescimento, que viria, mais tarde, a aumentar a possibilidade de uma recessão poder vir a ocorrer num momento em que o BCE fizera do combate à inflação a sua prioridade absoluta. A expressão «estagflação», adaptada nos anos 70 do século passado com a crise petrolífera então vivida, e que deixara nas décadas subsequentes de estar presente no léxico dos economistas, pelo menos no que se dizia respeito à economia europeia, voltou a pairar como um cenário, que se tornou, cada vez mais, altamente provável para 2023. A generalidade das instâncias internacionais que elaboram previsões económicas querendo, embora, manter alguma prudência começaram a admiti-lo no final do ano embora apontando para uma recessão com uma intensidade e uma duração limitadas, ou seja, prevendo que ela apenas tenha lugar nos 2 primeiros trimestres do ano. São, contudo, vários os economistas que antecipam uma crise com uma duração bem superior. Entre estes está Nouriel Roubini – que diga-se, ao pretender evidenciar-se como o economista que prevê todas as grandes crises, vem anunciando nas últimas décadas crises sucessivas – ao caracterizar a recessão do seguinte modo: «quando vier ela não será nem curta, nem superficial, mas longa e severa», Terá, desta vez, razão? Pela nossa parte consideramos este alerta como prefigurando um cenário muito provável. Não apenas, ou até nem tanto, pela principal razão apontada por Roubini: o montante elevado das dívidas da maioria dos países à escala mundial, mas, sobretudo, por ela, na Europa, não poder ser vista apenas como uma crise conjuntural e ter uma dimensão, também claramente estrutural. Ou seja a evolução futura da economia não está apenas dependente do seu factor despoletador, que foi como vimos, o acesso às fontes de energia a que se juntou no velho Continente, como consequência deste, a política de combate à inflação do B.C.E.. Mas, ela está também associada a um modelo económico que tem vindo a fazer com que

a Europa esteja, desde o início deste século, com um crescimento medíocre, que atinge, sobretudo, as suas economias mais desenvolvidas, sendo por isso, mais imediatamente visível nuns países do que noutros. A principal economia da zona euro: a Alemanha é o exemplo que mais se destaca, dado que o seu “velho” modelo industrial num contexto de crise se afigura pouco resiliente sobretudo quando confrontado com uma rápida transição climática e digital que a Europa instituiu como grande objectivo para a década. Incapaz de assumir todas as consequências desta mudança a Europa quer fazer dela um instrumento da «reindustrialização» do espaço europeu, quando, na sua essência, ela aponta claramente para uma economia «pós-industrial», no sentido em que são os factores e os produtos imateriais o motor da sua competitividade futura, áreas em que, apesar do voluntarismo das políticas, a Europa continua com um atraso significativo em comparação com as duas grandes economias mundiais (E.U.A e China).

Nesta crise, Portugal não terá seguramente, condições para vir a reivindicar o estatuto de um novo «oásis europeu» e, tal como aconteceu com o surto inflacionista, sofrerá inevitavelmente os efeitos de uma possível recessão europeia. Ao longo de uma década fomos fustigados por três crises sucessivas, nenhuma delas, relembre-se, originada pelo comportamento das nossas empresas, pois todas foram resultantes de comportamentos ou de decisões políticas discricionárias, independentemente da avaliação que possamos fazer das mesmas. Assim, desde o forte aumento da dívida pública nacional num quadro de descontrolo da política orçamental, passando pela má resposta dada à crise das dívidas soberanas, quer pelo B.C.E., quer pela Comissão Europeia (em 2012), até às restrições à mobilidade e ao funcionamento dos estabelecimentos do comércio e serviços (em 2020 e 2021) e às mais recentes sanções económicas à Rússia decretadas pela U.E. (em 2022 e, por certo, em 2023), o tecido económico foi, em todas elas, fortemente penalizado. Não é por isso de estranhar que o mesmo se encontre hoje muito fragilizado, na sequência de um longo período marcado por um evidente subinvestimento do tecido empresarial e, sem esquecer, também, o desinvestimento do próprio sector público, que se vem acumulando ao longo de quase duas décadas. Ora, numa conjuntura marcada por uma forte contracção da procura externa, resultante de uma economia cujas exportações estão fortemente concentradas nas principais economias europeias, dificilmente o país poderá contar com o contributo da mesma para crescer. Mas, também a procura interna no que se refere, em especial, ao consumo privado será afectada pela inflação,

desde logo porque as medidas de política pública, para não terem um efeito inflacionista, não podem evitar terem de assentar numa política de rendimentos algo contida.

Dir-se-á que é, então, do lado da oferta, ou seja, do investimento, que se colocam todas as expectativas para assegurar o crescimento da nossa economia. Mas, também aqui, o caminho não se afigura fácil, como já deixámos antever, com as empresas a verem as suas condições de acesso ao financiamento bancário agravadas, ao mesmo tempo que os seus custos de funcionamento aumentam de uma forma exponencial (da energia às rendas dos espaços comerciais). Em 2022, com a procura a crescer, foi ainda possível atenuar estes efeitos, por via do aumento dos preços ao utilizador/consumidor final, mas a previsível queda acentuada da procura em 2023 torna bem mais difícil ajustar os preços ao aumento dos custos, sem, com isso, provocar quebras muito acentuadas nas vendas. Neste cenário, as condições para investir ficam muito dificultadas, pois grande parte das empresas estão a lutar pela sua sobrevivência, e sem grandes condições para investir. Os «milhões» dos fundos europeus, correm, por isso, o risco de não poderem ser devidamente aproveitados, se as políticas públicas não revelarem este constrangimento e não adoptarem medidas para o minimizar.

É perante esta realidade que, ao contrário daqueles que apenas olham para os grandes agregados financeiros do país e que, mesmo não o admitindo explicitamente, consideram que uma recessão «passageira» se poderá revelar necessária num país que, na sua opinião, não tem margem para adoptar políticas anti-cíclicas e anti-recessivas, nós consideramos que a economia tem que ser a primeira prioridade das políticas públicas e que tudo deve ser feito para evitar o seu colapso pois os custos de uma eventual recessão apresentam-se muito dificilmente recuperáveis no curto e no médio prazo, ou seja teremos, certamente, uma retoma adiada não por seis meses mas por vários anos. Se queremos ambicionar ganhar, pelo menos, a segunda metade desta década, utilizando os fundos europeus, indispensáveis como instrumento para um novo crescimento baseado na inovação competitiva da nossa economia, temos que evitar que o país se afunde numa nova recessão e conseguir fazer deste um objectivo central, compatibilizando-o com outro objectivo prioritário que é o do necessário combate à inflação, constituindo esta, também, um factor inibidor da referida inovação competitiva e à qual as empresas mais fragilizadas poderão sucumbir. Ou seja, parafraseando uma célebre frase, da última década do século passado: «É a economia real, estúpido!».

2. Evitar um cenário de recessão/estagnação económica e combater a inflação: as prioridades macroeconómicas para 2023

A política monetária continua a ser um instrumento incontornável para enfrentar uma situação inflacionista prolongada, mas não garante, por si só, uma eficácia absoluta no combate à mesma, sobretudo, quando ela resulta de problemas com origem na oferta e não na procura (como, em grande parte, acontece actualmente). Neste caso, fazer baixar a procura agregada pode levar a economia para uma recessão sem que a inflação se reduza de forma significativa, sobretudo, como também é o caso actual, quando os salários em geral não acompanham o surto inflacionista, apesar de uma taxa de desemprego baixa e não se constituírem num factor impulsionador da subida dos preços.

O que pode acontecer e, em alguns casos, isso já está a ser uma realidade, é que a inflação, embora criada do lado da oferta, acabe se transmitindo ao lado da procura, caso esta esteja numa trajetória ascendente o que acontece, desde logo, em muitos países europeus pela taxa da poupança acumulada durante as restrições do COVID. Nesta situação, a resolução dos factores que actuam do lado da oferta não asseguram, só por si, o fim do surto inflacionista o qual poderá persistir bastante mais tempo, requerendo medidas de “arrefecimento” da procura, nomeadamente ao nível das políticas monetária e orçamental, mais agressivas. A situação em Portugal parece estar a assumir-se com este perfil, ou seja, é já manifesto que a inflação gerada pela oferta (em Portugal até de forma menos intensa que na maioria dos países europeus) se transmitiu à procura, fazendo com que o nosso país registe hoje um peso da “inflação subjacente” (que é a inflação sem os produtos energéticos e os alimentos não transformados) na inflação total que é o maior da zona euro.

Assim, o principal dilema que se coloca aos decisores das políticas económicas é o de fazer regredir a inflação para valores em torno dos 2% (objectivo de política monetária do B.C.E.) sem provocar um choque recessivo de elevadas proporções. No que diz respeito aos instrumentos de política monetária nos países da zona euro eles estão, como sabemos, concentrados no B.C.E., e reconhecendo, embora, que a situação de partida era, ela mesma, anormal e indesejável a prazo, com taxas negativas nos depósitos. Ou seja, até um certo ponto, um aumento entre 1 ou 2 p.p. das taxas, se escalonados no tempo, apenas vinham repor uma situação de maior normalidade na relação do sistema financeiro com depositantes e credores. Mas, na zona euro a política de aumento das taxas de juro

de referência por parte do B.C.E. colocou, no final de 2022, a principal daquelas taxas, dado o seu impacto no crédito bancário, nos 2.0%, o que traduz um aumento já significativo, em seis meses, de 2.5 p.p. (estava com um valor negativo de -0.5% em Julho). E, o mesmo B.C.E. admite agora continuar a aumentar aquelas taxas em 2023, de acordo com a monitorização que vá fazendo da inflação. Ora, com uma previsão do próprio Banco para que esta se situe no final do ano nos 6.4% (uma desaceleração de apenas 2 p.p. face à previsão para 2022) é pouco provável que a actual maioria, que no interior do B.C.E. advoga um endurecimento da política monetária, se desfaça, o que permite antecipar um cenário de continuados aumentos, pelo menos ao longo do 1º semestre, o que poderá colocar aquela taxa nos 4%, valor já com um risco elevado embora, mesmo assim, abaixo do valor da mesma taxa nos EUA a qual constitui, além da inflação, na zona euro um valor de referência para a política do B.C.E., dado o seu efeito sobre o valor do euro. Se tal suceder, no período de apenas um ano, isso representa um aumento de 4.5 p.p. na taxa do B.C.E., o que é, sem dúvida, impactante sobre o crédito bancário à economia e às famílias na zona euro. O mais preocupante é que ninguém sabe verdadeiramente qual o valor dos juros que pode permitir encontrar um ponto de equilíbrio entre o seu efeito desinflationador e algum crescimento económico. Mas, como para muito economistas da escola monetarista a prioridade deve estar colocada no combate à inflação, e não cabe ao B.C.E. contribuir para travar um período recessivo ao longo do próximo ano esta questão certamente não travará a subida dos juros. É, aliás, argumentado que, mesmo com uma taxa de 4%, ela será inferior em 2023 ao valor previsto para a inflação (6.2% na zona euro) e que, também quase seguramente, ela ficará ainda abaixo do PIB nominal dos países do euro. Mas a própria previsão para a inflação que é feita com base no actual quadro geopolítico que tem vindo a permitir alguma redução nos preços da energia, pode sofrer um novo impulso ascendente, se as medidas sancionatórias tomadas pela U.E., e que prevêem um embargo total ao petróleo russo, fizerem de novo subir os preços nos mercados internacionais pelo que, não estamos sequer seguros que a desaceleração da inflação se cumpra na dimensão prevista.

No que se refere às medidas relativas à política de rendimentos que actuam sobre a inflação – e a subida das taxas têm logo, como já dissemos, um efeito nesta, através do crédito bancário e, sobretudo, dos empréstimos à habitação – o papel principal cabe aos países individualmente e, em especial à política orçamental. Uma política de rendimentos que vise acompanhar a evolução dos preços é ela mesma inflacionista; mas, também, uma política de rendimentos demasiado restritiva,

"Ao longo de uma década formos fustigados por três crises sucessivas, nenhuma delas, relembre-se, originada pelo comportamento das nossas empresas, pois todas foram resultantes de comportamentos ou de decisões políticas discricionárias, independentemente da avaliação que possamos fazer das mesmas. "

afectando fortemente o consumo privado, tem um efeito recessivo, que sendo gerador de um empobrecimento das famílias pode, nomeadamente, conduzir a muitas situações de incumprimentos dos pagamentos de serviços ou dos encargos com empréstimos bancários, além dos problemas sociais daí resultantes e que os governos terão de gerir.

Assim, além do ponto de equilíbrio que, separadamente, política monetária e política de rendimentos têm que encontrar, existe também um efeito cumulativo de ambas as políticas sobre os preços e sobre o crescimento económico que tem de ser tido em conta e requer uma gestão se não conjunta pelo menos articulada. Quanto mais restritiva for a política monetária, mais a política de rendimentos tem que ser anti-cíclica e atenuar aquele impacto, sendo que a inversa, sendo igualmente verdadeira, torna-se impossível de concretizar com a perda pelos países do euro do controle da política monetária.

Em Portugal, as previsões do Governo para a evolução da economia em 2023, mesmo sendo, como temos dito, demasiado optimistas sinalizam já as principais tendências: um consumo privado a registar uma quebra significativa, aproximando-se de um crescimento nulo; uma procura externa, igualmente, em forte desaceleração que, nem a esperada inversão dos termos de troca (preço unitário das importações relativamente às exportações) evitará, pelo que, ao contrário dos dois últimos anos, as exportações registarão um crescimento, em volume, inferior aos das importações. Mas, mesmo esse crescimento (3.9%), ancorado no

Mas, mesmo esse crescimento (3.9%), ancorado no esperado contributo do turismo e da balança de serviços, não é nada certo ter condições para se concretizar. O cenário, ainda moderado, da U.E. para o crescimento do PIB na zona euro em 2023 baixou no final do ano para 0.3%, ou seja, teremos uma estagnação da economia no conjunto do ano, o que faz supor que este valor já incorpora alguma evolução negativa do PIB em parte do ano. A componente do PIB menos sujeita a factores externos adversos e às medidas anti-inflacionista é sem dúvida o investimento (público e privado). O Governo conta, aliás, como já dissemos, com um poderoso instrumento financeiro para o conseguir, que são os «milhões» oriundos da U.E.. Mas, é o próprio Governo a mostrar-se contido no contributo destes, ao apontar para um crescimento em 2023 do investimento de apenas 3.6%, o que, num cenário de queda do consumo para valores abaixo dos de 2022, dificilmente será suficiente para assegurar o previsto crescimento de 1.3% que o Governo, até agora, mantém como previsão para o PIB real em 2023. Com o contexto empresarial adverso seria, talvez de esperar um maior contributo do investimento público, mas também este revela pouca capacidade em crescer. Em 2022 e até Outubro a execução do investimento público prevista no respectivo O.E. está longe de ser atingida e o valor registado pelo mesmo é apenas igual ao valor registado em idêntico período de 2021.

É neste contexto que, o O.E., recentemente aprovado na Assembleia da República, tem uma natureza pró-cíclica e contraccionista, medida com base na evolução do indicador de referência, que é o saldo primário estrutural, e como, quer o C.F.P., quer a U.T.A.O., sinalizam nos seus relatórios. Estranhamente a C.E., arrogando-se o direito de poder rever conceitos a seu belo prazer, opta por fazer uso da despesa primária, que regista um ligeiro aumento, para afirmar que o O.E. português é demasiado expansionista. Ou seja, na verdade advoga que este deveria ser ainda mais pró-recessivo! Por tudo o que dissemos antes não acompanhamos esta posição que, aliás, mais uma vez, e não tem em consideração a real situação económica do nosso país, esquecendo-se, por isso, de pôr em destaque a falta de medidas de apoio ao tecido produtivo no O.E. para 2023.

Dito isto, não ignoramos, como também já dissemos, que, na situação presente, de uma elevada inflação não podemos ter um O.E. que impulse em demasia o crescimento da procura, nomeadamente, por via do consumo e que a política de rendimentos tem que ter um carácter selectivo, não podendo ter por objectivo repor em 2023 o poder de compra das famílias, que a inflação tem

vindo a fazer cair. Aliás neste aspecto, a situação portuguesa é bastante pior que a do conjunto da zona euro. Em Portugal, em Novembro de 2022 a variação homóloga do IHPC foi de 10.2% (na zona euro foi de 10%), ou seja menos 0.4% p.p. do que no mês anterior (em Espanha a taxa fixou-se nos 6.6%), mas, pior do que isso, a inflação subjacente subiu, atingindo 8.1% que, como lembra o I.N.E., é a taxa mais elevada registada desde Dezembro de 1993 e compara com a mesma taxa na zona euro que foi de 6.6%. Na zona euro as ex-repúblicas soviéticas lideram a subida de preços com números acima dos 20%, mas países como a Holanda, a Alemanha e a Itália têm subidas entre 11.2% e 12.5%. Estas diferenças mostram que aos factores que alimentam a inflação não são exactamente idênticos e não se manifestam com intensidades similares em todos os países. Os números da inflação subjacente são a prova de ter existido em 2022 em Portugal um efeito procura a pressionar aquela subida dificultando a normalização dos preços e requerendo medidas com custos económicos que poderão revelar-se mais elevados.

Mas importa ter em atenção que, mesmo com os valores da inflação abaixo do PIB nominal, se a economia entrar em recessão o esforço necessário para obter um saldo orçamental equilibrado aumenta de forma significativa e irá incentivar a adopção de cortes na despesa pública, mais ou menos significativos, que pelo histórico das execuções orçamentais irão começar por atingir o investimento público. Com a inflação a baixar e com a economia estagnada, o PIB nominal será em 2023 – com um crescimento próximo do zero – mais ou menos metade do que foi em 2022, o que faz com que a despesa primária podendo crescer, deve, sempre fazê-lo abaixo do PIB nominal. Note-se, contudo, que estes valores, no cenário apresentado pelo Governo de um crescimento de 1.3% do PIB, podem ser ainda corrigidos por uma previsão de inflação difícil de atingir (IHPC em 4%). Se esta for, como tudo parece neste momento indicar, superior ao previsto, os rácios das contas públicas podem manter-se mesmo com uma economia estagnada. A previsão de um saldo primário positivo em 3400 milhões de euros, feito no O.E. 2023 poderá ser atingido, até porque as receitas fiscais resultantes do IRS e do IRC reportam ao ano de 2022. Em Outubro de 2022 o saldo das Administrações Públicas continuava a ser positivo em 2 540 milhões de euros, com o saldo primário a registar um significativo superavit de 8 858 milhões, em resultado do crescimento da receita em 14.7% (bem acima do aumento da despesa que atingiu 1.8%). Ao mesmo tempo, a despesa com juros continua bem abaixo de 2021 com -5.4%.

O choque energético levou a uma redução da despesa até Outubro de 1894.7 milhões e a um aumento da receita de 1560 milhões de euros. No conjunto o contributo negativo para o saldo do O.E. até Outubro atingiu 3454.9 milhões, valor que não deverá aumentar muito até ao final do ano, permitindo ao governo gerir com flexibilidade a passagem das contas públicas de 2022 para 2023. O impacto que está previsto para o próximo ano do pacote "inflação/energia" é muito inferior, ao já gasto no ano que terminou, com um valor apresentado no O.E. de 900 milhões de euros (cerca de 0.4% do PIB).

Neste contexto, a política orçamental não pode ser, seguramente, demasiado contra-cíclica, mas tem que, de forma selectiva, atenuar o efeito

da subida dos juros do BCE no custo do crédito, seja das empresas, seja das famílias, neste último caso centrando-se a sua atenção do custo dos empréstimos à habitação. É uma barreira social e económica que o Governo não pode deixar que seja transposto e que, no caso das empresas, coloca, não apenas problemas de sobrevivência de muitas micro, pequenas e médias empresas, como inviabiliza que as mesmas se possam candidatar aos apoios dos fundos comunitários.

Por isso, mantemos a posição de que o ponto de equilíbrio da política orçamental deverá continuar a garantir a esta, um carácter anti-recessivo, pois, apesar dos saldos do O.E. aprovado, ele tem, apesar de tudo, margem para ser reajustável a um cenário evolutivo menos favorável. ●

3,9%

Previsão do Governo para crescimento económico em 2023

10,2%

Novembro de 2022 - variação homóloga do IHPC em Portugal

6,6%

Novembro de 2022 - variação homóloga do IHPC na zona Euro

"O mais preocupante é que ninguém sabe verdadeiramente qual o valor dos juros que pode permitir encontrar um ponto de equilíbrio entre o seu efeito desinflacionador e algum crescimento económico."



OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

O ano de 2022 terminou com a inflação em alta, com uma subida das taxas de juro e com um novo ciclo de desaceleração do crescimento económico e de abrandamento no emprego.

No terceiro trimestre do ano a economia portuguesa voltou a crescer mais moderadamente do que no trimestre anterior, com um crescimento homólogo no PIB de +4,9% face ao 3º trimestre no ano anterior, e correspondente a um aumento de +3,2% quando comparado com o 3º trimestre anterior à pandemia. Segundo as **projeções do Banco de Portugal**, divulgadas em dezembro último, **o PIB crescerá +6,8% em 2022**, evidenciando a recuperação ocorrida face a 2021, o qual tinha ainda sido muito afetado pela crise pandémica.

Já a projeção **para o crescimento do PIB em 2023, de apenas +1,5%**, perspectiva um abrandamento muito forte, refletindo em grande medida os efeitos da crise internacional originada pela Guerra da Ucrânia, com a subida dos preços dos bens energéticos, das matérias primas e de alguns bens alimentares, e a consequente contração da procura. O abrandamento da economia em 2022 traduziu-se numa forte desaceleração da procura interna impulsionada pelo comportamento desfavorável do investimento, já que do lado do consumo a desaceleração foi muito mais ténue, em parte atenuada pelas ajudas extraordinárias do Governo português dirigidas às famílias de menores rendimentos, e também por ter ainda contado com alguma almofada financeira que o aumento da poupança nos anos anteriores permitiu assegurar. Nesse contexto, o crescimento da procura interna foi de +2,8% no 3º trimestre (a variação homóloga tinha sido de +9,5% e de +3,9% nos primeiro e segundo trimestres) e o seu contributo para o crescimento do PIB foi de 2,9 pontos percentuais (p.p.); o crescimento do consumo privado foi de +4,4%, próximo do crescimento registado no trimestre anterior (compara com +11,6% no 1º trimestre e com +4,6% no 2º) e o investimento já registou uma variação homóloga negativa de -0,4% (compara com +6,5% e com +3,5% no 1º e 2º trimestres, respetivamente). No caso do consumo privado das famílias, o consumo de bens alimentares registou sucessivos decréscimos ao longo de 2022, de -1% no 3º trimestre, enquanto o consumo de bens duradouros ainda registou um crescimento elevado de 14,7% no 3º trimestre, uma vez que compara com valores anormalmente baixos durante o período pandémico, e o consumo de bens correntes não alimentares e serviços registou um crescimento de 4,8% (compara com +15,1% no 1º trimestre e com 6,7% no 2º trimestre). O crescimento do consumo público desacelerou para +0,5% (comparando com +5,4% no 1º trimestre e com +1,7% no 2º).

Do lado da procura externa líquida o contributo para o crescimento do PIB foi ainda menor que o da procura interna, de 2 p.p., já que a desaceleração das exportações para +16,8% (compara com +19,1% no 1º trimestre com +25,3% no 2º) foi mais acentuada que a desaceleração das importações, cujo crescimento homólogo foi de +11,3% (comparando com +12,9% no 1º trimestre e com +15,2% no 2º).

No 3º trimestre registou-se um perda nos termos de troca de -4,1%, ainda que menos intensa que no 2º trimestre (-4,3%), a qual contribuiu para uma deterioração do Saldo Externo de bens e Serviços em termos nominais, o qual se traduziu por -2,9% do PIB (compara com -2,5% do PIB no 2º trimestre do ano).

Segundo a informação qualitativa do INE, referente aos últimos meses de 2022, do lado do consumo, registou-se em dezembro uma evolução favorável. Com efeito, o índice de confiança dos consumidores, depois de ter diminuído quer em outubro, quer em novembro, aumentou em dezembro. Por outro lado, a opinião dos consumidores sobre a evolução passada dos preços, diminuiu em dezembro, depois da contínua escalada ascendente a que se assistiu desde março, logo a seguir ao início da Guerra na Ucrânia.

Do lado das empresas, o indicador de clima económico também em dezembro interrompeu o rumo descendente dos meses anteriores, estabilizando, embora com diferenças nos diferentes sectores: os indicadores de confiança do Comércio e da Indústria transformadora aumentaram face a novembro, enquanto que o indicador de confiança tanto da Construção e Obras Públicas, como dos Serviços diminuiu.

Quanto às expectativas dos empresários sobre a evolução futura dos preços, no caso da Indústria transformadora, do Comércio e da Construção, a evolução foi favorável em dezembro, enquanto que para os empresários dos Serviços foi desfavorável, ainda que abaixo do máximo que atingiram em março.

No mercado de trabalho, ao mesmo tempo que, em alguns sectores e no domínio de algumas competências específicas, segundo algumas associações empresariais, é relatada escassez de pessoas disponíveis para trabalhar, foi-se assistindo no decorrer do ano de 2022 ao abrandamento do crescimento do emprego global da economia e a

(Trim)	Despesas de consumo final	Formação bruta de capital	Procura interna	Export. (FOB)	Import. (FOB)	PIB a preços de mercado
Variação face ao período homólogo do ano anterior (%)						
2021 - ANUAL	4,6	10,1	5,6	13,5	13,3	5,5
I	-5,1	6,2	-3,0	-2,8	-2,8	-4,9
II	16,1	16,3	16,2	37,9	37,9	17,0
III	4,1	10,1	5,1	12,3	12,3	5,0
IV	4,9	8,3	5,5	13,0	13,0	6,6
2022 - I	10,2	6,5	9,5	12,9	12,9	12,0
II	4,0	3,5	3,9	25,3	15,2	7,4
III	3,5	-0,4	2,8	16,8	11,3	4,9
Variação face ao período homólogo de 2019 - anterior à pandemia (%)						
2021 ANUAL	-1,1	4,9	-0,1	-7,7	-0,1	-3,3
I	-5,8	4,2	-4,0	-12,0	-4,1	-7,3
II	-0,1	2,2	0,3	-12,6	-2,9	-3,8
III	0,6	1,5	0,7	-5,0	0,6	-1,6
IV	0,8	11,7	2,7	-1,3	6,1	-0,5
2022 - I	3,8	11,0	5,1	4,9	8,2	3,8
II	3,9	5,8	4,2	9,5	11,9	3,3
III	4,1	1,1	3,6	11,0	11,9	3,2

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais e anuais - 3^oT 2022

uma redução sucessivamente menos intensa do desemprego.

Segundo as estimativas provisórias do INE para outubro do passado ano, o emprego registou um crescimento de apenas +0,7% no emprego, e o desemprego diminuiu -3,5%, a que corresponde uma taxa de desemprego de 6,1% (0,2 p.p. abaixo da de outubro de 2021). A taxa de subutilização do trabalho foi de 11,4% (-0,3 p.p. que em agosto de 2021).

Os índices setoriais do número de horas trabalhadas (valores ajustados de efeito de calendário) embora a crescer, evidenciam abrandamento, e apenas no comércio a retalho foram superados os níveis pré-pandémicos de 2019: no comércio a retalho, depois de ter registado o maior acréscimo em agosto, em novembro de 2022, registou-se um acréscimo homólogo no número de horas trabalhadas de +2%, face a novembro de 2021 (aumento de +1%, face a novembro de 2019); na indústria, em outubro de 2022 o aumento homólogo no índice de horas trabalhadas foi de +2,2% (mas correspondente ainda a um decréscimo de -6,2%, face a outubro de 2019). Nos Serviços, sempre a desacelerar desde julho do passado ano, registou em outubro um acréscimo homólogo de +5,5% (e ainda correspondente a uma redução de -4,9%, face a outubro de 2019).

Em Portugal, a inflação em 2022 ascenderá a 7,8% segundo a estimativa rápida do INE e a variação homóloga mensal do IPC terá sido de 9,8% em dezembro último. Em novembro de 2022 a inflação ascendeu a 7,3% e a inflação homóloga mensal foi de 9,9%. As projeções de dezembro do Banco de Portugal, perspetivam para o Índice harmonizado de preços no consumidor um crescimento de 8,1% em 2022 e de 5,8% em 2023. Só para 2024 e 2025 as projeções apontam para reduções mais significativas: 3,3% e 2,1% respetivamente. As projeções de desaceleração da inflação assentam em pressupostos de abrandamento da atividade mundial, da dissipação dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento e na desaceleração dos preços dos bens energéticos.

No contexto inflacionista e das subidas das taxas de referência por parte do BCE, são previstos aumentos adicionais nas taxas de juro, com os inevitáveis efeitos sobre os custos do endividamento, prevendo o Banco de Portugal que Euribor a 3 meses se situe em 2,9% em 2023.

Destaca-se a evolução dos seguintes indicadores;

i) Na componente do consumo:

- **O ritmo de crescimento dos movimentos realizados na rede multibanco** (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor) **sofreu uma forte desaceleração em março do corrente ano, e nos meses seguintes**, à medida que aumentava o nível de incerteza associado ao prolongamento da Guerra da Ucrânia, e que aumentavam de forma crescente as pressões inflacionistas sobre as economias. Só em julho se assistiu a uma ligeira aceleração para quase 20%, e em agosto já a abrandar para 18,5%, impulsionada possivelmente pelo incremento turístico, logo voltando a desacelerar a partir de setembro (+16,5%) e até novembro, mês em que a variação homóloga dos movimentos foi de +14,5%. De janeiro a novembro de 2022 os movimentos aumentaram 20,9%, face ao mesmo período de 2021.
- No sector automóvel, a **evolução das matrículas de automóveis ligeiros (novos)** tem sido muito oscilante ao longo do corrente ano, com acentuados decréscimos homólogos nos meses entre abril e junho (de -16,1%, -23,5% e -18,1%), seguidos de acréscimos homólogos entre julho e novembro, alguns bastante elevados, o caso de agosto, +42,4% e novembro, +39,4%. **Nos primeiros onze meses do ano a variação homóloga face a 2021 do número de matrículas foi de +5,6%, mantendo-se ainda muito aquém da situação anterior à pandemia (-31,3% que nos primeiros 11 meses de 2019).**
- o índice de volume de negócios (IVN) do **comércio a retalho, depois de alguma aceleração no ritmo de crescimento para +4,4% no 3º trimestre, a que não será alheia a recuperação observada no sector do turismo, voltou a desacelerar nos meses de setembro (+2,3%) e outubro (+0,5%), e registou mesmo um decréscimo no mês de novembro de -1,2%.**
- O crescimento das vendas de gasolina (em toneladas) sofreu uma forte desaceleração a partir do segundo trimestre do ano, na sequência do aumento sucessivo de preços nos combustíveis. Face a 2021 as vendas de gasolina aumentaram 15,1% de janeiro a outubro, mas mantiveram-se ainda quase sem recuperação face ao período anterior à pandemia, com uma variação de 0,6% face ao registado de janeiro a outubro de 2019.

ii) Na componente do investimento:

- **Nos veículos comerciais ligeiros**, nos primeiros onze meses do corrente ano, registou-se um decréscimo homólogo de -19,7% nas respetivas matrículas, correspondente a um decréscimo de quase -39,6% face a 2019.

- **As matrículas dos veículos pesados novos** registaram em novembro último um acréscimo homólogo de 2,4%. **No conjunto dos primeiros onze meses do ano aumentaram 11,1% face a 2021, correspondendo a um decréscimo de -4,9%, face ao período homólogo de 2019, anterior à pandemia.**
- **As vendas de cimento no mercado interno**, segundo o índice de vendas do Banco de Portugal, sofreram sucessivos decréscimos homólogos ao longo de todo o segundo semestre do ano. **E no conjunto dos primeiros dez meses do ano, cresceram apenas 1%, face ao mesmo período de 2021, ao qual corresponde um aumento de 18% face ao mesmo período de 2019, anterior à pandemia.**
- **A importação de máquinas, partes e acessórios**, registaram em outubro um crescimento homólogo de 34% e no conjunto dos primeiros dez meses do ano o aumento face a 2021 foi de 21,7%, correspondente a um aumento de 30,4% face a 2019, anterior à pandemia.
- **A evolução do índice de produção industrial (IPI) dos bens de investimento** foi negativa durante os primeiros quatro meses do ano, tendo iniciado alguma recuperação a partir de maio e até outubro, embora se mantenha ainda bastante aquém dos níveis de produção pré-pandemia. **Em outubro a variação homóloga do IPI dos bens de investimento foi de +4,8% e entre janeiro e outubro a variação foi de +3%. Quando comparado com o período de janeiro a outubro de 2019, anterior à pandemia, a variação é de -12,1%.**

No Turismo, 2022 revelou-se o ano da recuperação do sector, e desde agosto que o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros no mês superam já os máximos históricos atingidos antes da pandemia, em 2019. Em novembro, registaram-se 4,2 milhões de dormidas, correspondendo a um acréscimo homólogo de 23,8% face a novembro de 2021 e a um acréscimo de 4,3% face a novembro de 2019. No acumulado dos 11 meses, registou-se um aumento homólogo de quase 90%, face aos baixos valores de 2021, apesar de estar ainda aquém do acumulado registado de janeiro a novembro de 2019, com um decréscimo face a esse período de -1,2%. Enquanto as dormidas de residentes já superaram em termos acumulados os níveis de 2019 (+8,4%), as dormidas de não residentes ficaram ainda aquém (-5,3%).

E a par do Turismo também o movimento do Transporte Aéreo foi evoluindo favoravelmente ao longo de 2022, embora no caso do movimento de passageiros, até outubro, se encontre ainda aquém do movimento registado antes da pandemia.

De janeiro a outubro de 2022, o número de passageiros movimentados nos aeroportos aumentou 145,5% face ao mesmo período em 2021 (embora

ALGUNS INDICADORES NACIONAIS RELEVANTES

Movimentos na Rede Multibanco



+20,9%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Novembro 2022

+14,5%

Acréscimo homólogo
Novembro 2022

IVN* Comércio a Retalho Alimentar



-1,4%

Decréscimo homólogo
Janeiro a Novembro 2022

IVN* Comércio a Retalho Não Alimentar



+11%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Novembro 2022

IVN* Serviços



+23,8%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Outubro de 2022

IVN* COMÉRCIO POR GROSSO



+21,7%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Outubro 2022

+14,4%

Acréscimo homólogo
Outubro 2022

IVN- Índice de Volume de Negócios

corresponda a um decréscimo de -7% face a igual período de 2019). Por outro lado, o movimento aéreo de carga e correio (em toneladas) aumentou +31%, face a 2021, correspondente a um aumento de +9,3% face a 2019.

No que se refere à evolução do volume de negócios das empresas do Comércio (excetuando o comércio automóvel, de combustíveis e de vestuário), do conjunto dos Serviços e também da Indústria, foram já ultrapassados os níveis de negócio anteriores à pandemia.

O índice de volume de negócios (IVN) da indústria do INE, depois de sofrer uma desaceleração no ritmo de crescimento em abril, para +18,7%, e ter voltado a acelerar o crescimento no conjunto do 2º trimestre do ano, com uma variação homóloga trimestral de +26,4%, voltou a desacelerar no 3º trimestre, para +25%, tendo no mês de outubro registado uma variação homóloga mensal de apenas 16,2%. No conjunto dos primeiros dez meses do ano o IVNEI cresceu 23,6% face ao mesmo período em 2021, correspondente a um crescimento de +24,2%, face ao mesmo período em 2019, antes da pandemia.

No **comércio a retalho**, o crescimento do IVN depois de uma primeira desaceleração no 2º trimestre, para +3,6%, e de uma parcial recuperação no 3º trimestre para +4,4%, voltou a desacelerar em setembro e outubro e em novembro registou mesmo um decréscimo homólogo mensal de -1,2%.

Continuou a manter-se a tendência presente nos primeiros meses de 2022, do crescimento do retalho passar a ser impulsionado pelo comércio não alimentar, a par de uma desaceleração contínua que passou a decréscimo no volume de negócios do retalho alimentar, em particular no que é realizado nos estabelecimentos não especializados.

Com efeito, no conjunto dos primeiros onze meses o IVN do retalho total cresceu +5,4%, face ao mesmo período de 2021 (correspondente a um acréscimo de +6,2% face a igual período de 2019, anterior à pandemia). Enquanto no retalho alimentar o IVN decresceu -1,4%, no retalho não alimentar aumentou +11%, e no não alimentar exceto combustível, cresceu +14,7%.

Contrariamente ao que fora a tendência desde 2020 e ao longo de 2021, nos primeiros onze meses de 2022, enquanto no retalho alimentar em estabelecimentos não especializados o IVN decresceu -2%, no comércio alimentar em estabelecimentos especializados o IVN cresceu 5%.

O IVN do setor dos **Serviços** (excluindo o comércio a retalho) foi mantendo ao longo de 2022 um rumo ascendente desde o início do ano, ainda que re-

gistando também oscilações, com desaceleração no seu crescimento no último mês disponível, o de outubro. No 1º trimestre a variação homóloga foi de +27,8%, no 2º trimestre foi de +22,8%, e no 3º trimestre de +23,6%. Os meses de menor crescimento foram o de junho com uma variação de +20,4%, o de setembro com +21,8% e o de outubro, com uma variação homóloga mensal de +16,9%. No conjunto dos primeiros dez meses de 2022, o crescimento homólogo do IVN dos serviços foi de +23,8% face a igual período de 2021, e de +12,3% face ao mesmo período em 2019.

O **mercado de trabalho** ao longo de 2022 foi evidenciando sinais de abrandamento sucessivos, chegando ao terceiro trimestre já com dinâmicas negativas em alguns sectores de atividade, e chegando a novembro com reduções homólogas nas ofertas de emprego no IEFP.

No 3º trimestre do passado ano, o emprego (INE, Inquérito ao emprego) registou um aumento homólogo de 1%, face ao 3º trimestre de 2021, correspondente a um acréscimo homólogo de 2,5% face ao 2º trimestre de 2019 (compara com 1,9% e 2,7%, no 2º trimestre, respetivamente), crescimento mais moderado que nos trimestres anteriores.

O número de desempregados registou um decréscimo homólogo de -4,1%, também menos expressivo que nos trimestres anteriores (compara com -13,6% no 2º trimestre e com -14,4% no primeiro trimestre de 2022).

A taxa de desemprego foi de 5,8% no 3º trimestre (compara com 5,7% no 2º trimestre 2022 e com 6,1% no 3º trimestre de 2021) e a taxa de subutilização do trabalho manteve-se nos 11,2%, coincidente com a do trimestre anterior e inferior aos 11,9% do 3º trimestre de 2021.

A taxa de desemprego jovem aumentou para 18,8%, claramente superior à taxa de desemprego global e ainda registou, face ao 3º trimestre de 2021, uma redução superior (de -3,8 p.p.) à redução da taxa de desemprego global (-0,3 p.p.). O número total de desempregados jovens entre os 16 e os 24 anos de idade, ascendeu a quase 66 mil jovens, com um decréscimo homólogo de -13,9%.

Em termos setoriais, no 3º trimestre destacou-se, pela positiva, o acréscimo homólogo no emprego das Atividades de alojamento e restauração de +24,2% associado sobretudo à recuperação das atividades turísticas e o acréscimo homólogo de +8,9% no emprego da Construção (+26,7 mil indivíduos). Pela negativa, salientou-se o decréscimo homólogo significativo, de -11,7%, no emprego do sector da educação. Na indústria transformadora o crescimento homólogo do emprego foi de 2,4% e na agricultura e pescas foi de 1,7%.

De salientar que no conjunto dos Serviços o emprego no terceiro trimestre de 2022, já registou uma variação negativa de -0,2% (-7,5 mil pessoas), para a qual, para além do sector da Educação (-54,4

mil indivíduos) contribuíram também com -20,6% as Atividades financeiras e de seguros (-25,4 mil pessoas), as Atividades da Administração pública e defesa e da segurança social obrigatória, com um decréscimo homólogo de -4% (-14,3 mil indivíduos), as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, com -3,5% (-9,5 mil indivíduos), as Atividades de Comércio, com um decréscimo homólogo de -0,8% (-5,8 mil pessoas) e também as Atividades de informação e de comunicação, com -2,3% (-4,2 mil pessoas).

Pela positiva, para além das Atividades do alojamento e restauração (+60,3 mil pessoas), registou-

-se um crescimento homólogo de +3,9% no emprego dos Transportes e armazenagem (+8,6 mil pessoas), um aumento de +5,2% nas Atividades dos Outros serviços (+10,2 mil pessoas), o acréscimo de +10,9% nas Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (+8,4 mil pessoas) e o aumento homólogo de +11,1% no emprego das Atividades imobiliárias (+5,2 mil pessoas).

A informação mensal mais recente sinaliza a continuação do abrandamento nas dinâmicas ainda positivas do emprego e reduções sucessivamente menores no desemprego. ●

IVN* Comércio e Reparação Automóvel



+10,4%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Outubro de 2022

+13,4%

Acréscimo homólogo Outubro 2022

Mercado de Trabalho



+2,4%

Acréscimo homólogo total
de empregados
Janeiro a Outubro de 2022

-9,9%

Decréscimo homólogo total
de desempregados
Janeiro a Outubro de 2022

Índice do Número de Horas Trabalhadas



+6,2%

Acréscimo homólogo
no Comércio a retalho
Janeiro a Novembro 2022

+10,6%

Acréscimo homólogo
nos Serviços
Janeiro a Outubro 2022

IVN- Índice de Volume de Negócios



PIB PER CAPITA DE PORTUGAL E DO CONJUNTO DA UNIÃO EUROPEIA

Entre 2019 e 2021 um retrocesso face à média comunitária e uma dinâmica evolutiva abaixo da grande maioria das economias com níveis próximos dos de Portugal.

Os números, agora divulgados do PIB per capita em PPC (paridade de poder de compra), mostram uma evolução em divergência face à média da U.E. de Portugal entre 2019 e 2021. Com 75.1% da média europeia, Portugal caiu para a 20ª posição da U.E. (27), com uma quebra de 3.0 p.p. relativamente ao último ano que antecede a crise COVID.

Logo atrás de Portugal encontram-se a Hungria (75.0%), Roménia (73.8%) e Letónia (71.9%) e um pouco mais distantes: Croácia, Eslováquia e Grécia (entre os 60% e os 70%) e, finalmente, a Bulgária com apenas 57.5%.

De referir que os três países logo atrás de Portugal todos eles melhoraram o seu valor percentual em 2021 por comparação com 2019, reduzindo, assim, a diferença que os separa do nosso país.

Segundo o INE, que divulga estes números, o indicador da despesa com consumo individual per capita, «constitui um indicador mais apropriado para reflectir o bem-estar das famílias» e não apenas o nível da actividade económica, mas ao contrário de outros países em que a sua colocação no «ranking» se alterna de forma mais expressiva a nossa posição não muda de forma significativa

subindo apenas uma posição, situando-nos no 19º lugar do conjunto dos 27 da U.E. (ultrapassando a Estónia), embora apresentemos um valor percentual mais elevado em relação à média da União Europeia (83,6% desta), mas, também ela inferior ao valor de 2019.

Olhando de novo para o PIB per capita verificamos que acima da média da U.E. encontramos 10 países, numa lista liderada em posição de grande destaque pelo Luxemburgo, logo seguido pela Irlanda. Mas, com este último a cair para a 13ª posição quando optamos pelo indicador da despesa de consumo individual, em que a sua percentagem apenas está ligeiramente acima da de Portugal. ●

PIB per capita em PPC (UE 27=100)

	2019	2021
Luxemburgo	251.3	268.5
Irlanda	189.4	218.5
Dinamarca	126.2	132.7
Holanda	126.9	129.7
Suécia	118.9	122.7
Áustria	125.9	122.7
Bélgica	117.6	120.3
Alemanha	121.0	120.2
Finlândia	109.2	112.2
França	105.8	104.3
Malta	102.6	100.0
Itália	96.5	95.2
Rep. Checa	93.2	91.6
Chipre	92.8	90.8
Eslovénia	88.7	89.9
Lituânia	84.2	89.3
Estónia	82.3	88.9
Espanha	90.9	83.3
Polónia	72.9	77.1
PORTUGAL	78.6	75.1
Hungria	73.0	75.0
Roménia	69.6	73.8
Letónia	69.4	71.9
Croácia	66.5	69.7
Eslováquia	70.5	69.4
Grécia	65.7	63.8
Bulgária	53.0	57.5

Fontes: INE e Eurostat

AS POLÍTICAS



PROGRAMAS COMUNITÁRIOS:

a necessidade de os reajustar à actual crise e a um novo modelo económico para o país.

1. Como já escrevemos os programas comunitários têm que ser concebidos em linha com uma estratégia de desenvolvimento do país, o que não pode deixar de significar uma mudança dos paradigmas do passado e de redefinição de um novo modelo económico.

Em Portugal, o que está em causa nestas primeiras duas décadas do séc. XXI é que estamos apenas a crescer ao sabor da evolução da procura e não temos tido uma real dinâmica inovatória associada ao nosso crescimento, ele mesmo, bastan-

te medíocre. Por isso, o nosso objetivo devia estar colocado, ao longo dos próximos anos (digamos que durante os próximos 4 anos), em podermos aumentar não tanto o nosso PIB real, mas o nosso PIB potencial, que reflete as mudanças estruturais introduzidas na economia e a dinâmica de inovação que for produzida: os números deste para os próximos 3 anos, mesmo estando acima do PIB real (com a passagem do hiato do produto para valores positivos), é ainda muito fraco situando-se em torno dos 2% ao ano.

É preocupante termos um modelo económico em que crescer significa alargar o saldo negativo da nossa balança de bens com um modelo de exportações industriais, assente numa elevada incorporação de componentes importadas. Os Governos exaltam com o aumento do peso das exportações brutas no PIB, mas, sistematicamente, ignoram que esse aumento é criador de maior défice externo. Solução? Será a substituição de importações? Não se afigura realista pensar que esta pode fazer-se em larga escala, de modo a constituir a solução para este problema. Será então, mudar o nosso "modelo exportador"?

Como temos vindo a defender este é um caminho necessário, centrado no objectivo de conseguirmos aumentar o valor acrescentado nacional incorporado nos nossos produtos, o que significa **apostar, sobretudo, em factores produtivos** (e menos em escolhas sectoriais), privilegiando aqueles em que podemos ter vantagens competitivas, face às economias que mais diretamente concorrem com a nossa. Pensar que o regresso de políticas proteccionistas pode ser uma solução viável numa economia aberta e fortemente dependente do exterior, como a nossa, é uma ilusão. Aquilo que hoje é designado, de forma incorreta, como o nosso "setor exportador" não reúne condições para, por si só, ser o veículo desta mudança, que deve ser pensada, essencialmente, em termos de **cadeias de valor** ou seja, não autonomizando as empresas que vendem os nossos produtos lá fora. O grande objectivo nesta década devia, por isso, estar focado em aumentarmos, não apenas as nossas exportações brutas, mas as nossas **exportações líquidas**, o que significa alterar o nosso perfil exportador, com novos produtos e cadeias de valor mais preenchidas pelas componentes de valor produzidas em Portugal. Só assim, podemos ambicionar ter um crescimento sustentável do nosso comércio externo, em que um aumento das exportações seja acompanhado por saldos positivos da nossa balança de bens e serviços. O contrário agrava a nossa balança de pagamentos e a dívida externa da nossa economia.

Fala-se constantemente da nossa dívida pública e focamo-nos muito pouco na dívida externa, que incorpora, além da componente pública, a componente privada. Ora, esta última, deverá cifrar-se em 128% do PIB em 2022, ou seja, ficará acima da dívida pública.

2. Para começarmos a mudar o nosso modelo económico o país depende – certamente bem mais do que seria desejável – dos fundos e programas comunitários e, em especial, do PRR e do PT2030, que só poderão cumprir o seu papel se neles incorporarmos uma perspectiva de mudança e de transição para um novo modelo económico.

Ainda estamos a tempo de o fazer, relativamente ao PT2030, embora, pelo que já se conhece, as mudanças operadas até agora sejam, em grande parte, operações de mera cosmética, indiciando uma linha de continuidade. Ou seja, os protagonistas serão os mesmos de sempre, apenas se reforçando a tendência para um maior peso da componente de investimentos públicos, que sendo esmagadora no PRR, tenderá a assumir, também, papel preponderante nos investimentos a realizar no PT2030.

Em relação a este último programa, temos vindo a defender um conjunto de reorientações e mudanças, face ao PT2020, que não têm, até agora, sido evidenciadas nos documentos já divulgados e negociados com Bruxelas. A C.E. nos seus documentos de política económica coloca, aliás, claramente o ênfase no papel do investimento público como componente essencial do crescimento europeu e neste ponto parece existir uma sintonia quase perfeita com o Governo português, com a preocupação, desde logo, em aliviar encargos do O.E..

O PT2030 confronta-se, assim, em nossa opinião, com 3 grandes desafios, resultantes da experiência do PT2020 e a que a situação actual vivida na Europa veio dar ainda maior ênfase. São eles:

a) Mudar o modelo de gestão e a crescente burocracia que, em nome da transparência, tem vindo a reforçar-se de Programa para Programa. Um modelo de gestão que, como temos vindo a defender em vários textos, requer uma maior coordenação política e, simultaneamente, uma maior autonomia por parte dos organismos intermédios, com regras mais flexíveis e uma maior capacidade de avaliação do mérito dos projectos, ou seja, tendo como critério fundamental o real impacto destes e não apenas o cumprimento de requisitos formais. A coordenação política, embora concentrada num responsável do Governo, continua a ser muito pouco visível, até pelas múltiplas funções atribuídas a esse membro do Governo, e a ideia que transparece é a do que tudo é feito num circuito quase fechado, envolvendo um conjunto de quadros da nossa Administração Pública e da Comissão Europeia, que dominam, quase em exclusivo, toda a complexa teia de regras e de orientações de Bruxelas e que irão fixar, com escassa participação de terceiros, o quadro regulamentar das diferentes tipologias de ações.

Temos defendido uma maior autonomia e capacidade de gestão dos chamados organismos intermédios (de que a CCP faz parte no PT2020 no âmbito da tipologia "formação-ação"), sejam estes públicos ou privados, de forma a permitir uma interação dinâmica destes organismos com

os promotores das acções. Hoje os organismos públicos estão demasiado distantes dos promotores, assumindo o papel de "júri de concursos" e de fiscalizadores do cumprimento de uma panóplia de procedimentos que, em crescendo, vem sendo exigida. Considera-se que qualquer diálogo que permita melhorar os projectos é um indicio de favorecimento, como se estes competissem entre si, num processo que começando por ser formalmente aberto se vai estreitando com a fixação de critérios de selecção que discriminam diversos sectores económicos, face às tipologias de investimento que são consideradas e aos critérios de pontuação que são adoptados.

Por outro lado, consideramos essencial que exista uma maior articulação entre os diferentes programas, seja entre os POs temáticos entre si, seja entre os POs regionais, - temos defendido, para estes últimos, a existência de um único gestor para os mesmos.

Mas, também entre os POs com âmbito nacional e os POs de carácter regional, dado que as políticas regionais não podem estar desligadas das nacionais e devem ser complementares.

b) Ajustar as condições de candidatura das empresas à situação de crise que estamos a viver. As regras do anterior PT2020, se válidas no passado, já não o podem ser actualmente, dado, nomeadamente, a realidade com que as empresas se confrontam no actual contexto de asfixia financeira marcada por crescentes e insuportáveis custos no recurso ao financiamento bancário. Acções de apoio a investimentos de pequenas e médias empresas baseadas em elevadas percentagens de financiamento não participado ou de financiamento reembolsável, não vão ser exequíveis na actual conjuntura. Igualmente, como vem sucedendo no PRR, a execução de investimentos públicos, nomeadamente, envolvendo obras públicas, ou seja que requeiram o recurso a empresas, não pode assentar em concursos com exigências no preço completamente irrealistas e fora da realidade actual do mercado. Este facto, tem sido um factor de bloqueio na execução de múltiplas acções com concursos anulados por falta de empresas concorrentes.

c) A importância de envolver as organizações empresariais e associativas (em particular as Confederações com assento na CPCS) na elaboração dos conteúdos das acções a desenvolver. Ora, a tendência que temos vindo a observar vai, precisamente, em sentido inverso com a concentração da mesma em entidades públicas, como é o caso dos PO regionais, cujo peso no PT2030 foi reforçado, e em que as acções a desenvolver foram concentradas,

na sua quase totalidade, nas Comissões Inter Municipais (C.I.M.), sem envolvimento directo das organizações da sociedade civil e, nomeadamente, das associações.

A C.E. tem defendido que a crise actual gerada pela guerra na Ucrânia não põe em causa as regras dos Programas Comunitários, nem as orientações para os mesmos formulada antes desta crise. Não podemos rever-nos nesta posição e pensamos que os Programas deveriam ser reajustados à nova realidade que estamos a viver. Existe, por isso, um sério risco não apenas, como já salientámos, de a qualidade dos investimentos a realizar não ser aquela que o país necessita (o critério do impacto na economia das verbas comunitárias), mas, também, de as verbas previstas não terem assegurada a sua realização (o critério da execução das acções previstas).

Este é um ponto essencial que ainda pode ser corrigido no PT2030 com regras mais flexíveis e maior autonomia por parte dos Estados.

O PT2030, tem que envolver novos protagonistas com espírito empreendedor e estar orientado para acções que visem a promoção dos verdadeiros factores competitivos de que o país dispõe. A aposta europeia nas transições climáticas e digital tem que ser lida na transversalidade de alterações que lhe estão associadas. Estas transições têm, por isso, que corresponder a mudanças profundas na forma de produzir e de criar valor ou seja, devem estar focadas, muito em especial, naquelas que são as verdadeiras vantagens competitivas do país: os seus **recursos humanos e o território**.

A qualificação dos portugueses foi uma aposta de sucessivos governos e permitiu, como sabemos, alterar o perfil académico da nossa população e dos seus activos, mas este salto nas qualificações académicas não foi devidamente acompanhado por dois outros elementos essenciais: por uma adequada reorientação das mesmas para as áreas de que a economia mais carece; e, por uma continuada aposta na formação dos nossos activos, na dupla perspectiva de uma formação ao longo da vida e de uma formação que incorpore as mudanças inovatórias que, ano após ano, vão surgindo nas economias. A formação em contexto de trabalho (a chamada "formação-acção") devia ser um instrumento reforçado no PT 2030, envolvendo trabalhadores e empresários/gestores das empresas. Igualmente as acções que visem reformular modos de gestão e a alteração de conceitos e de práticas devem ter um lugar prioritário no Programa. Sempre que possível, também, as acções de eficiência colectiva devem ser privilegiadas, bem como os projectos orientados para a cooperação entre empresas, nomeadamente, ao nível da criação de plataformas conjuntas e de estruturas logísticas e de comunicação comuns. Infelizmente, a prioridade ao factor recursos humanos tem vindo a perder espaço no discurso dos nossos go-

vernantes que congratulando-se com o aumento do nosso número de licenciados e da elevação do grau académico da população portuguesa, olham para a expressão "as pessoas primeiro" sobretudo, na perspectiva social e de elevação do nível/qualidade de vida dos mesmos. O que sendo importante não pode ser desligado nem deve secundarizar aquilo que nas pessoas reporta à sua qualidade de recursos humanos e ao seu papel como factores de criação de riqueza e de desenvolvimento económico, onde as qualificações só ganham sentido útil se se traduzirem em competências e em conhecimento aplicado.

O mesmo se aplica à política do território e, em especial, no que se refere à forma de estruturar as políticas urbanas na perspectiva da competitividade do país. A criação de projectos em rede, associando diferentes cidades, de diferentes regiões, é um avanço que se assinala, mas que, para atingir os resultados desejados, devem assentar na cooperação público-privada (actores públicos associados a organizações da sociedade civil, com destaque para a estrutura associativa empresarial). O território e as cidades não podem ser vistos apenas como espaços de atracção de turistas, sem deixar de considerar positiva essa função, mas, eles devem ser considerados, também, como verdadeiros factores competitivos da nossa economia, ao nível da elevação da produtividade das nossas empresas e da atracção de novos investimentos, além de serem elementos essenciais de uma política de coesão territorial e de um desenvolvimento mais harmonioso do país.

Em documento que a CCP elaborou em 2019 relativo ao PT2030 definimos 4 áreas, estratégicas e estruturantes, que deveriam constar deste. A saber:

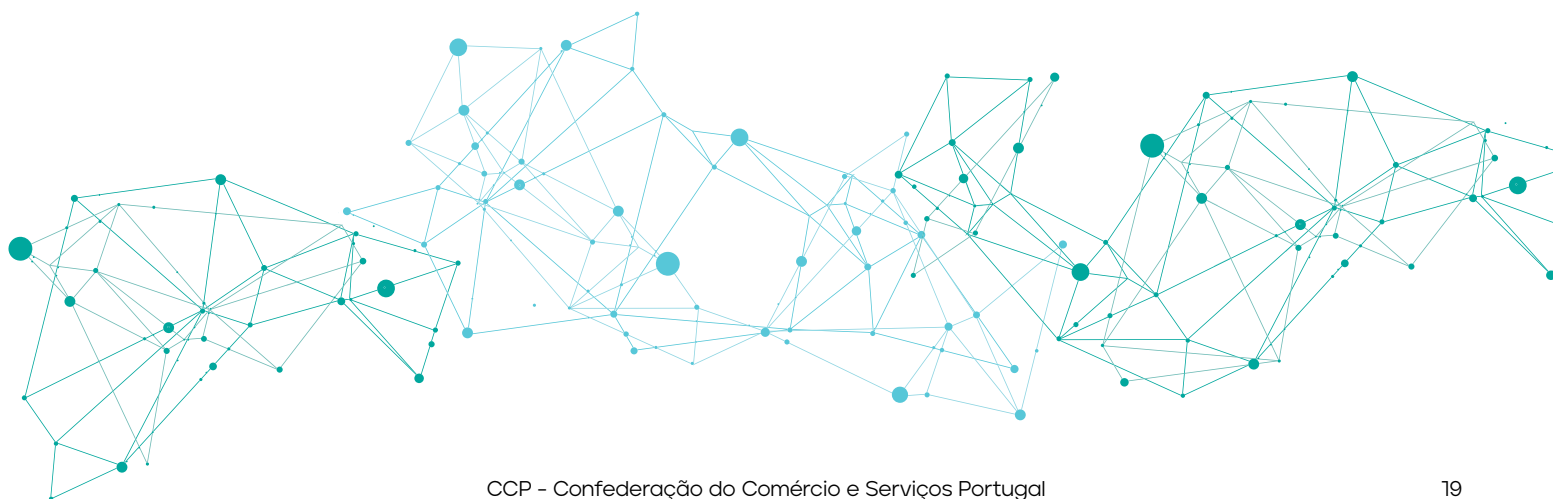
- Responder aos desafios do envelhecimento demográfico;
- Apostar nas qualificações e nas competências como o principal factor competitivo;

É preocupante termos um modelo económico em que crescer significa alargar o saldo negativo da nossa balança de bens com um modelo de exportações industriais, assente numa elevada incorporação de componentes importadas.

- Investir em políticas de cidade, enquanto unidade territorial central da coesão territorial e da competitividade da nossa economia, impulsionando acções de atracção de pessoas e investimento;
- Colocar a criação de valor no centro das políticas de empresas.

Hoje, estas prioridades continuam plenamente actuais e seria essencial que as mesmas fizessem parte integrante dos objectivos da transição de economia para um modelo ambientalmente sustentável e direccionado para uma economia do digital, ou seja, do imaterial e da criação de valor intangível.

Em conclusão, os fundos e programas com origem em financiamento comunitário têm que ser, desde logo, exequíveis no contexto em que estamos a viver; mas, devem, também, ser promotores de inovação e competitividade e, para isso, têm que acolher um conjunto de mudanças significativas em relação aos programas da década passada, rejeitando seguir o caminho fácil de querer fazer apenas mais do mesmo.





PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2023

A Comissão Europeia já adotou o seu programa de trabalho para 2023, norteado por uma agenda que pretende dar resposta às crises que, neste momento, afetam a vida quotidiana dos europeus, bem como reforçar os esforços para realizar as transformações ecológicas e digitais em curso e tornar a União Europeia mais resiliente.

Nesta perspetiva, a Comissão afirma pretender prestar apoio às pessoas e às empresas, seja reduzindo os preços da energia, garantindo o aprovisionamento dos bens essenciais para a competitividade industrial da União Europeia e a segurança alimentar, ou reforçando a economia social de mercado.

O programa de trabalho prevê 43 novas iniciativas estratégicas associadas aos seis principais objetivos definidos nas [orientações políticas](#) da Presidente von der Leyen e que se baseiam no seu [discurso sobre o estado da União de 2022](#) e na sua [carta de intenções](#).

Muitas das principais iniciativas do programa de trabalho têm igualmente por base os resultados da *Conferência sobre o Futuro da Europa*, cuja nova geração de painéis de cidadãos deverá contribuir para a elaboração das políticas da Comissão em certos setores. O primeiro painel de cidadãos abordará os temas dos desperdícios alimentares, da mobilidade para fins de aprendizagem e dos mundos virtuais.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou a este respeito: *"Ao longo do último ano fomos atingidos por uma colisão de crises, causadas pela invasão selvagem da Ucrânia pela Rússia. Em 2023, avançaremos com uma ambiciosa agenda para os cidadãos que nos permitirá abordar a questão dos elevados preços da energia de modo a aliviar o fardo que pesa sobre as famílias e as empresas da Europa, acelerando simultaneamente o processo de transição ecológica. Defenderemos a democracia e o Estado de direito tanto a nível interno como no resto do mundo."*

O Vice-Presidente das Relações Interinstitucionais e Prospetiva, Maroš Šefčovič, declarou por sua vez: «O novo programa de trabalho da Comissão reflete a nossa determinação em dar resposta tanto aos desafios mais urgentes, como a crise energética, como em intensificar os esforços para continuar a fazer face aos desafios geracionais. Esta atitude está igualmente patente no nosso empenhamento em propor medidas da UE que contribuam para reforçar a autonomia estratégica da Europa no que respeita às matérias-primas essenciais, sem as quais será simplesmente impossível avançar com o processo de transformação ecológica e digital. Enquanto Presidente do grupo de trabalho sobre a saúde posso igualmente anunciar, com orgulho, que as conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa serão integradas em muitas das nossas iniciativas e que os cidadãos continuarão a participar no nosso processo de elaboração política. Convido o Parlamento Europeu e o Conselho a chegarem rapidamente a acordo sobre as principais propostas legislativas, a fim de que, neste momento difícil, possamos produzir resultados concretos em benefício dos nossos cidadãos e das nossas empresas.»

Mas que propostas concretas avança a Comissão para realizar os seis objetivos prioritários do seu Programa?

1. Pacto Ecológico Europeu

No contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia a Comissão proporá, em 2023, entre outras iniciativas, uma reforma geral do mercado da eletricidade da UE, incluindo a dissociação do preço da eletricidade do preço do gás. A fim de contribuir para uma expansão rápida da economia do hidrogénio verde, a Comissão proporá também a criação de um novo Banco Europeu do Hidrogénio, que investirá um montante de 3 mil milhões de euros para lançar um mercado do hidrogénio na UE.

Em 2023, a Comissão adotará igualmente medidas para reduzir a quantidade de resíduos e o seu impacto ambiental, com especial destaque para os resíduos alimentares e têxteis, um tema que foi identificado durante a *Conferência sobre o Futuro da Europa*. A fim de dar resposta às preocupações dos cidadãos, a Comissão proporá ainda uma revisão da legislação da UE em matéria de bem-estar dos animais.

2. Uma Europa preparada para a era digital

Num esforço para fazer face aos riscos atuais e futuros das dependências estratégicas, a Comissão proporá a adoção de medidas da UE para garantir um acesso adequado e diversificado às matérias-primas essenciais necessárias para promover a resiliência digital e económica da Europa.

Por ocasião do 30.º aniversário do mercado único, salientará os importantes benefícios decorrentes do mercado único, identificará e procurará colmatar as lacunas no que respeita à sua realização. A revisão das regras relativas aos pagamentos em atraso pretenderá contribuir para reduzir os encargos das PME num período de incerteza económica. A iniciativa que visa aumentar e melhorar a utilização de ferramentas e processos digitais no domínio do direito das sociedades ajudará as empresas que fazem parte do mercado único, simplificando os procedimentos administrativos e judiciais.

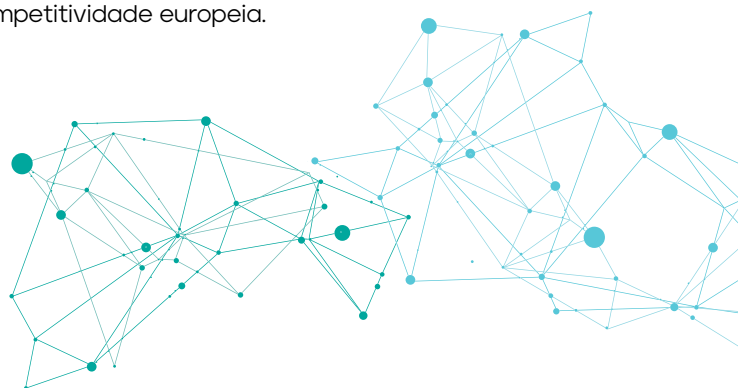
A Comissão proporá igualmente a criação de um espaço europeu comum de dados sobre a mobilidade, a fim de impulsionar a digitalização do setor da mobilidade, enquanto um quadro regulamentar da UE para o sistema hyperloop ajudará a preparar a UE para as situações que vão surgindo em matéria de mobilidade.

3. Uma economia ao serviço das pessoas

Tendo em conta o contributo da *Conferência sobre o Futuro da Europa*, a Comissão procederá a uma revisão do sistema de governação económica, a fim de garantir que continue a ser adequada à sua finalidade. A fim de reforçar ainda mais o orçamento da União face aos desafios urgentes com que a UE está a ser confrontada, procederá também a uma revisão intercalar do orçamento da UE para 2021-2027 e apresentará uma segunda série de novos recursos próprios, com base na proposta relativa a um conjunto único de regras fiscais para as atividades empresariais na Europa. A fim de garantir que a moeda comum da União continue a estar adaptada à era digital, apresentará uma proposta para a definição dos princípios de um euro digital antes da sua potencial emissão pelo Banco Central Europeu.

Tendo em conta os desafios sociais gerados pela pandemia de COVID-19 e pela guerra da Rússia contra a Ucrânia, atualizará o quadro para estágios de qualidade para abordar questões como a remuneração justa e o acesso à proteção social, a fim de reforçar a resiliência social da Europa.

O Programa de Trabalho foi elaborado durante um período de grande incerteza económica, pelo que deverá ser reavaliado após o inverno, em especial no que toca às medidas suscetíveis de afetarem a competitividade europeia.



4. Uma Europa mais forte no mundo

A realidade da guerra confirmou a necessidade de se intensificarem os esforços no domínio da segurança e da defesa. Para defender os interesses da UE, os seus princípios democráticos, a paz e a estabilidade, a Comissão apresentará a estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa, bem como uma nova estratégia de segurança marítima da UE. Atualizará, também, o seu conjunto de sanções, de modo a incluir a corrupção.

Prevê-se, ainda, a proposta de uma nova agenda para revitalizar as relações com a América Latina e as Caraíbas e, simultaneamente, a continuação da cooperação com os países candidatos dos Balcãs Ocidentais e com a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia, tendo em vista a sua futura adesão à União.

5. Promoção do modo de vida europeu

Uma vez que apenas 15 % dos jovens estudaram ou participaram em programas de formação ou aprendizagem noutros países da UE, a Comissão proporá a atualização do atual quadro da UE em matéria de mobilidade para fins de aprendizagem, a fim de que os estudantes possam circular mais facilmente entre os diferentes sistemas de ensino. Dado que 2023 será o *Ano Europeu das Competências*, a Comissão reitera a necessidade de a UE atrair profissionais altamente qualificados para setores em que se verifica uma escassez de mão-de-obra, graças a propostas relativas ao reconhecimento das qualificações de nacionais de países terceiros. A criação de uma Academia de Competências em matéria de Cibersegurança contribuirá para o desenvolvimento de uma das mais importantes competências do ponto de vista estratégico.

A fim de garantir um espaço Schengen de viagens sem fronteiras resiliente e seguro, será proposta nova legislação em matéria de digitalização dos documentos de viagem da UE e facilitação das viagens.

Para continuar a construir a União Europeia da Saúde, a Comissão proporá, com base numa das principais iniciativas da Conferência sobre o Futuro da Europa, uma abordagem abrangente da saúde mental, bem como uma recomendação revista sobre espaços sem fumo e uma nova recomendação sobre os cancros de prevenção vacinal.

6. Um novo impulso para a democracia europeia

Sendo a democracia a pedra angular da UE, em 2023 a Comissão apresentará um pacote sobre a defesa da democracia, que incluirá uma iniciativa relativa à proteção do espaço democrático da União relativamente aos interesses estrangeiros.

Pretende continuar a construir uma União da Igualdade, propondo um cartão europeu de deficiente que garantirá o reconhecimento mútuo do estatuto de deficiência em todos os Estados-Membros. Prosseguirá igualmente os esforços para colmatar as lacunas existentes ao nível da proteção jurídica contra a discriminação com base na origem racial ou étnica.

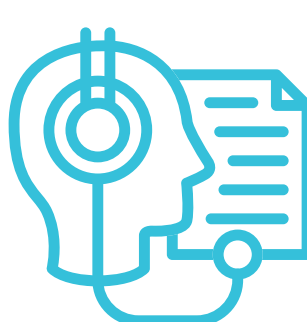
Em conformidade com os princípios subjacentes ao programa *Legislar Melhor*, a Comissão continuará a identificar as oportunidades para simplificar a legislação, reduzir os encargos e apoiar a sustentabilidade. A fim de complementar os esforços sistemáticos para identificar e eliminar os entraves burocráticos, um grupo de intervenientes de alto nível contribuirá para simplificar as partes do acervo que afetam os cidadãos e as empresas.

Próximas etapas

A Comissão dará início a debates com o Parlamento e o Conselho para definir uma lista de prioridades legislativas comuns que possam rapidamente ser adotadas pelos legisladores. Pretende, ainda, continuar a apoiar e a colaborar com os Estados-Membros para assegurar a aplicação das normas da UE, novas ou já em vigor, referindo também que – sempre que necessário – lançará processos por infração.

O programa de trabalho da Comissão para 2023 é o resultado de uma cooperação estreita com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e os órgãos consultivos da UE e poderá ser consultado no site:

[Sítio Web do programa de trabalho da Comissão para 2023](#)



Comentários prévios da CCP

A CCP teve a oportunidade de tecer um conjunto de comentários prévios ao Programa da Comissão para 2023, incluindo:

- *Sobre possíveis soluções a adotar à escala europeia em vários domínios (nomeadamente o energético, ambiental, económico e social)*, considerou a CCP necessário haver uma troca de boas práticas entre os Estados-Membros e os atores públicos e privados, incluindo as organizações representativas das micro e PME; garantir-se a infraestrutura adequada (digital/banda larga, energia/conectividade...); garantir-se uma oferta formativa adaptada às necessidades das micro e PME, nomeadamente nas zonas rurais; assegurar-se que os padrões de garantia desenvolvidos tenham em conta as especificidades das PME e garantir-se que o financiamento chegue às PME que mais precisam;
- *Quanto a áreas em que a Comissão poderia/deveria simplificar a legislação europeia, eliminando ou reduzindo os custos de contexto com impacto na atividade das economias nacionais*, a CCP considerou que esta intervenção deveria visar todos os tipos de requisitos de relatórios que retiram recursos das PME para fazerem uma mudança real no local (por exemplo, a nível da segurança e saúde no trabalho – elaboração de relatórios versus garantia real de segurança no local de trabalho, relatórios de sustentabilidade, etc).

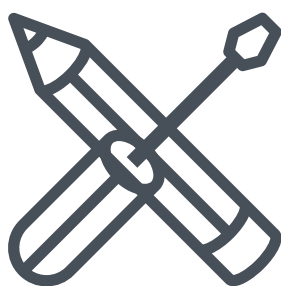
A CCP partilhou, ainda, da posição da *Eurocommerce* (parceiro social europeu setorial, representante do comércio retalhista e grossista) relativamente a várias questões, incluindo:

- que o quadro temporário adotado pela CE permitindo aos Estados-Membros ajudar diretamente as empresas e as famílias a compensar o custo do rápido aumento dos preços da energia concentrou-se, na maioria destes países, na ajuda aos utilizadores domésticos e menos em setores como o do comércio;
- que haverá enormes custos ligados a algumas medidas, aos quais o setor do comércio não poderá fazer face sem apoios ao nível nacional e europeu, incluindo: obrigações anun-

ciadas de as instalações comerciais terem de instalar painéis solares nos seus telhados; de mudarem para combustíveis alternativos em operações industriais e logísticas; outras obrigações ligadas às estações de carregamento de veículos elétricos e à eficiência energética;

- que parte do pacote financeiro disponibilizado vai encorajar os Estados-Membros a desviarem parte do financiamento dirigido a questões de competitividade, para o apoio à transição verde, incluindo através do apoio a ações vocacionadas para a sustentabilidade, economia circular, reciclagem, direito à reparação, design ecológico, etc;
- que, de acordo com as conclusões de um estudo recentemente realizado com a McKinsey sobre necessidades de investimento do setor do comércio até 2023, haverá necessidade de se duplicar o investimento para se fazer face às necessidades da transição digital, da sustentabilidade e da formação de mão-de-obra, um financiamento que o setor não conseguirá realizar sozinho, especialmente numa fase em que a inflação está a atingir negativamente a confiança dos consumidores e o seu poder de compra;
- que a pressão que tem sido exercida sobre a Comissão no sentido de que haja uma análise muito mais rigorosa dos custos/impactos da criação de nova regulamentação e/ou da revisão do quadro existente não têm tido os resultados necessários – é preciso que a Comissão deixe de ceder a pressões políticas para “fazer alguma coisa” relativamente a certos dossiers e haver uma maior preocupação de estar devidamente informada sobre o impacto prático da sua atuação no mundo real.

A versão final do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023 contempla alguns dos contributos supra referidos; contudo, não podemos deixar de enfatizar que contém uma discricionariedade de conceitos que não deveria existir e que insiste – erradamente – numa abordagem de que os programas (nomeadamente ao nível dos apoios financeiros) continuam válidos, ainda que estejamos confrontados com novas circunstâncias e novos desafios: em concreto, esta abordagem não vai resultar para as empresas. ●



OS DESAFIOS



AS “CIDADES ESPONJA”

Em termos gerais podemos considerar que a adaptação às Alterações Climáticas por parte das Cidades envolve:

- A importância da gestão dos recursos hídricos que abastecem as cidades, com especial atenção à gestão dos aquíferos subterrâneos, encarados como reservas estratégicas do país;
- A importância crucial da gestão urbana da água e dos seus efluentes, no sentido de reduzir a intensidade dos consumos, por via da gestão inteligente desse consumo e da economia circular para reutilização de efluentes e sua utilização em funções urbanas adaptadas;
- Uma maior presença no interior das cidades de espaços verdes e de arborização, por forma a melhor gerir o impacto de aumentos de temperatura;
- Uma nova abordagem na gestão do ordenamento do território travando, e revendo, se necessário, decisões de edificação em locais em que é mais frequente registarem-se inundações e na construção de infraestruturas adequadas para responder à maior frequência de chuvas torrenciais que podem gerar inundações em larga escala;
- Uma prioridade à gestão das zonas estuarinas densamente povoadas, no sentido de conceber e construir defesas contra a subida

do nível das águas, reposicionar equipamentos e infraestruturas de base e de instalar infraestruturas de captação e armazenagem de água das chuvas.

É neste contexto que foi aprovado o Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016/2030, cuja relevância foi claramente demonstrada com as inundações ocorridas em Lisboa a 7 e 12 de Dezembro deste ano.

A inundações em cidades têm vindo a multiplicar-se e geraram um debate internacional sobre os principais factores que podem explicar a incapacidade de evitar e as limitações que se verificam nas tentativas de resposta quando ocorrem.

É no contexto desse debate que se insere o conceito de "Cidade Esponja" como um modelo integrado inovador para combater os riscos de grandes inundações através, simultaneamente, de políticas de maior rigor no ordenamento do território e de construção de vários tipos de infraestruturas obedecendo a um planeamento conjunto.

Como é referido numa apresentação desse modelo, editada pelo World Future Council -Solutions for our Common Future, em Janeiro de 2016, intitulada *Sponge Cities: What is it all about*, "Os ambientes urbanos em praticamente todo o lado seguiram o modelo de construção urbana aplicado nos países mais desenvolvidos a partir de meados do século XX. Ou seja, cidades organizadas em torno do transporte automóvel, construídas com cimento e asfalto, materiais que não permitem a água de se infiltrar nos solos tornados impermeáveis, facilitando a deslocação e acumulação rápida de água".

Por sua vez, a estratégia de alcançar uma maior compactação do espaço urbano, como forma de travar o crescimento extensivo e muito consumidor de espaço dos processos de suburbanização que se foram verificando nas décadas do pós 2ª guerra mundial, acaba por poder contribuir para o reforço do modelo que se pretende ultrapassar, se não for assumida uma orientação diferente.

Como pode ser o caso das "Cidades Esponja", conceito apresentado em 2000 pelo Arquitecto chinês Kongjian Yu, que foi testado na China na década seguinte e adoptado em 2014 pelo governo da República Popular da China e, posteriormente, difundido a nível mundial.

As "Cidades Esponja" recorrem, de forma muito mais pronunciada a "infraestruturas verdes" que permitam à água das chuvas ser absorvida pelo subsolo, em combinação com a multiplicação de espaços permeáveis formados com solos e outros materiais que permitem dirigir o fluxo das águas pluviais de forma mais controlada.

Assim as Cidades Esponja podem integrar, por exemplo:

- Bacias de retenção de águas pluviais, integradas em parques urbanos em que além dos pavimentos serem permeáveis existem jardins que foram projetados para que o seu solo e a sua vegetação contribuam para a absorção da água. Por exemplo, em Lisboa estão já construídas as bacias de retenção da Ameixoeira (em 2018), do Alto da Ajuda (2019) do Parque Eduardo VII e, mais recentemente com o novo desenho da Praça de Espanha. Estando ainda por localizar as bacias de retenção/infiltração em diversos parques e jardins da Cidade de Lisboa – como no Parque Oeste, Campo Grande, Vale Fundão, Vale de Chelas;
- Trincheiras de infiltração dispersas pela cidade que assegurem que, em caso de precipitação intensa, a área em que se localizam não aumente o caudal de ponta da cheia, no seu percurso para jusante;
- Generalização de telhados Verdes que possam reter águas da chuva e as possam filtrar de forma natural antes de poder ser reciclada, bem como a recuperação dos interiores de quarteirões vocacionando-os para o tratamento da água recolhida nos edifícios que os enquadram;
- Reciclagem de águas através de "Fábricas de água", instalações que acolhem águas das bacias de retenção e as tratam de forma a poderem ser utilizadas para múltiplos fins com graus diferentes de exigência, em termos da sua qualidade.

Este conjunto de infraestruturas são complementadas frequentemente com Túneis de drenagem de grande dimensão que permitam o transvase das águas pluviais sempre que o sistema de escoamento existente não tiver capacidade de as reter.

Os 2 túneis que estão projetados no Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030 recolhem águas em dois pontos altos da cidade (Monsanto e Chelas) canalizando-as para um local situado na frente ribeirinha, Santa Apolónia, permitindo assim a sua transferência posterior para o rio Tejo.

Refira-se, no entanto, que os grandes caudais recolhidos em episódios de chuvas torrenciais podem, no final da sua passagem pelas infraestruturas "verdes" e "cinzentas" da cidade, ter uma utilidade muito maior se em vez de descarregadas nos rios forem utilizadas no recarregamento de aquíferos subterrâneos importantes para a alimentação das cidades em água. ●



A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UE

Uma análise da evolução dos preços do petróleo e GNL em 2022

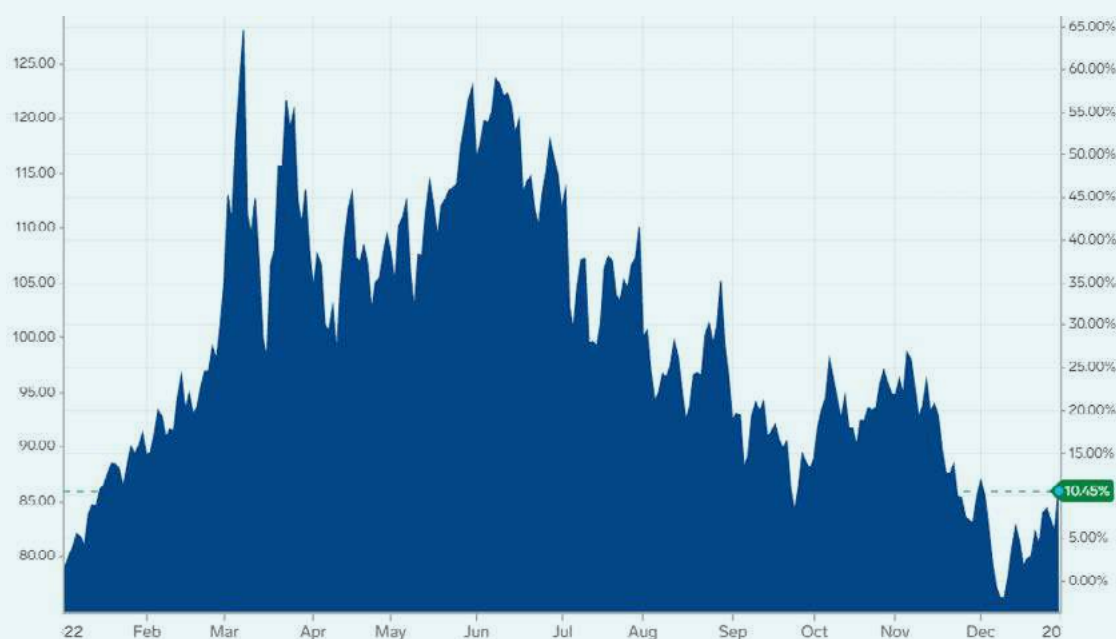
Desde que se iniciou a pandemia de Covid 19, no início de 2020, o mundo tem atravessado um período de instabilidade e de incerteza, colocando em causa todos os cenários de evolução dos preços do petróleo e gás, uma vez que os confinamentos levaram a uma descida abrupta dos preços dos combustíveis devido à diminuição da procura, o que por sua vez levou com que a sua produção também diminuísse.

Com o anúncio da criação das vacinas para combater o vírus Sars-cov 2, houve alguma esperança de que o período de incerteza ia terminar e ia haver um regresso à normalidade do pré-covid. Porém, esta esperança foi "sol de pouca dura".

No início de 2022, o aumento de preços devido ao aumento gradual da inflação e o início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia levaram a um novo período de instabilidade na sua evolução.

Em seguida vamos analisar essa evolução nos preços, e as suas causas.

**Figura 1 . Cotação do barril de petróleo Brent em 2022
(em dólares dos EUA)**



Fonte: insider, Janeiro de 2022

Evolução do preço do barril de petróleo Brent em 2022

Com o início do ano transacto, observando-se a figura 1, verifica-se que houve um aumento gradual do preço do barril de petróleo Brent até ao dia 24 de Fevereiro, devido ao aumento da procura motivado por um regresso gradual da actividade económica, da produção mundial de petróleo não ter aumentado e devido à existência de receios de um conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Entre o dia em que se iniciou o conflito entre a Rússia e a Ucrânia (24 de Fevereiro) e o dia 7 de Março, o preço do petróleo teve uma tendência de subida contínua (de 99,08 para 127,98 dólares), subindo 28,90 dólares.

Este aumento deveu-se ao início do conflito e ao anúncio da aplicação de sanções às exportações da Rússia (nomeadamente, ao seu petróleo e gás) pela UE e os EUA, e à produção de petróleo por parte dos membros da OPEP+ ter diminuído, bem como aos constrangimentos provocados pelo boicote ao petróleo proveniente da Rússia, que levou a que os países que aplicaram o boicote fossem obrigados a procurarem outros fornecedores em todo o mundo.

Após o dia 7 de Março, a cotação do barril de Brent entrou num ciclo de descidas e subidas de preço até ao dia 8 de Junho (quando o seu valor voltou a ser superior a 120 dólares por barril), tendo o seu preço descido abaixo dos 100 dólares por barril apenas uma vez, no dia 11 de Abril. Posteriormente, iniciou-se um ciclo de descida para um valor abaixo dos 100 dólares por barril, que se manteve até ao final de 2022, com o seu preço a atingir os 85,2 dólares por barril, um pouco acima do valor do início de Janeiro (79 dólares).

De acordo com os relatórios da Agência Internacional de Energia, as razões para esta descida do preço do barril de petróleo estão directamente relacionadas com o facto de que, *"apesar da disrupção provocada aos fornecimentos de petróleo provenientes da Rússia devido ao efeito da aplicação de sanções, as expectativas da procura de petróleo mundial foram mais baixas do que o que era expectável, devido a uma possível recessão económica mundial e ao facto dos países membros da AIE libertarem as suas reservas estratégicas de petróleo"*, o que contribuiu para a descida da cotação de petróleo. O país detentor das maiores reservas estratégicas de petróleo são os EUA, que inundaram o mercado de petróleo para tentar conter os efeitos da subida de preços do petróleo.

Figura 2- Evolução da reserva estratégica de petróleo dos EUA entre 1983 e 2022 (em milhões de barris de petróleo)



Fonte: Bloomberg, 23 de Agosto de 2022

De acordo com o artigo do Markets Insider, de 23 de Agosto de 2022, intitulado "US strategic oil reserves have hit their lowest level since 1985 after Joe Biden's record sales" As reservas estratégicas de petróleo dos EUA caíram para o nível mais baixo em 37 anos (...) Os stocks das reservas estratégicas de petróleo (SPR) caíram para 453,1 milhões de barris, de acordo com dados do Departamento de Energia (...), sendo o nível mais baixo desde janeiro de 1985. Os stocks caíram mais de 160 milhões de barris em 2022 depois da administração Biden ordenar a liberação de enormes quantidades de petróleo bruto, num esforço para refrear os aumentos de preços dos combustíveis e conter a inflação no país."

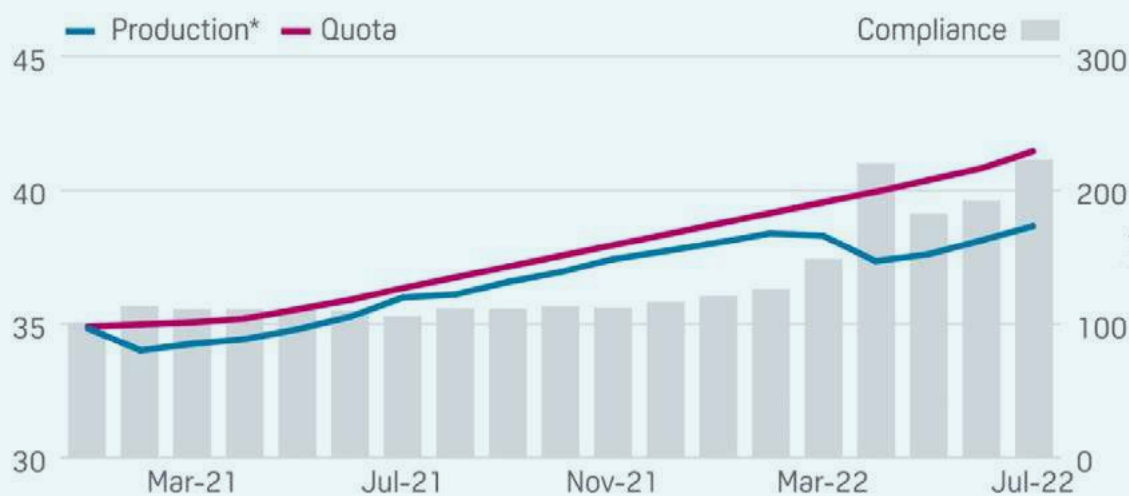
Quanto à OPEP+, a organização que congrega os principais produtores de petróleo, apesar de ter anunciado em Novembro de 2021 que ia aumentar a sua produção em 400 mil barris de petróleo por dia a partir de Agosto de 2022, tem tido dificuldades em cumprir a cota de produção anunciada, como se pode verificar pela figura 3.

Apesar da OPEP+ não estar a cumprir a quota de produção anunciada, a cotação do barril de petróleo desceu também devido a um aumento de produção de petróleo pelos países produtores que não são membros da OPEP +, como os EUA, e ao aumento gradual da inflação no mundo inteiro e a expectativa de que a economia mundial iria sofrer uma recessão económica devido ao efeito da subida da taxa de inflação e das taxas de juro.

Gás Natural Liquefeito (GNL)

No início de 2022 era expectável que a procura de gás tivesse um crescimento moderado, pois as previsões previam que o ano de 2022 fosse um ano de lento retomar da normalidade pré covid, no entanto, o início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia alterou de forma significativa as expectativas. No dia 10 de Janeiro de 2022, o preço do MWh de GNL era de 83,41€. Até ao dia 23 de Fevereiro, o preço do gás era de 92,61, um aumento de 9,20€, que se explica pelo receio do início do conflito e a grande dependência da UE das exportações de gás da Rússia.

Figura 3 – Quota e produção de petróleo da OPEP+ (milhões de barris)



Fonte: Platts OPEC+ survey by S&P Global Commodity Insights

Figura 4 – Evolução do preço de GNL na UE em 2022



Fonte: Trading Economics

Entre o dia 24 de Fevereiro e o dia 7 de Março (com excepção do dia 25 de Fevereiro, em que o seu valor desceu), houve um aumento significativo do preço, chegando no dia 7 a atingir os 231,26€ por MWh, um aumento de 138,65€, motivado pela elevada dependência da UE do GNL proveniente da Rússia e da necessidade de obter novos fornecedores.

Até 13 de Junho, o seu preço caiu de forma contínua devido ao acordo assinado entre a UE e os EUA para o fornecimento de mais de 15 milhões de metros cúbicos de GNL até ao final de 2022, e ao memorando assinado no início de Junho com o Egipto e Israel para aumentar o fornecimento.

Até 26 de Agosto, o preço do GNL voltou a ter uma tendência de subida até ao dia 26 de Agosto, alcançando o seu valor máximo anual (369,93€/MWh), devido à redução do abastecimento da Rússia (devido ao conflito e também devido à necessidade de reparação das turbinas do Gasoduto Nordstream 1), aos constrangimentos no fornecimento proveniente da Noruega e a uma maior concorrência pela aquisição de GNL proveniente de outros países exportadores que não a Rússia (Qatar, Nigéria, Emirados Árabes Unidos, etc).

No dia 29 de Agosto o Ministro da Economia Alemã anunciou que iria conseguir preencher as reservas de GNL em 85% até Setembro, meses antes do que era expectável, o que fez com que o seu preço iniciasse uma tendência de descida até ao final do ano, devido ao rápido armazenamento. No final de Outubro, a capacidade de armazenamento dos depósitos de gás estavam preenchidos em quase 94%, de acordo com os dados da *Gas Infrastructure Europe*, acima do objectivo estabelecido pela UE até Novembro de armazenamento de 80%.

Houve, no entanto, outros factores que também explicam esta descida do preço do GNL, como a diminuição da procura de GNL em 10% entre Janeiro e Agosto na OCDE Europa, e as medidas tomadas pela UE, como a Declaração de Versalhes dos líderes da U.E., o pacote de medidas REPowerEU e do Plano de Inverno, que definiram um conjunto de medidas para fazer face à escassez do fornecimento de GNL e para a diminuição do seu consumo através de medidas de eficiência energética.

Expectativas para 2023

Como já foi referido em artigos anteriores do Boletim, a elevada dependência externa que a União Europeia tem em relação ao fornecimento de produtos de energia e o facto de grande parte das importações terem proveniência de países em zonas de conflitos bélicos ou com posições de hostilidade em relação aos interesses da UE e do mundo ocidental são uma clara ameaça à estabilidade política e económica da UE, pelo que é fundamental diversificar as importações de produtos de energia, para além de continuar a investir em fontes de energia alternativas, que contribuam para diminuir a nossa dependência externa.

Expectativas para a evolução do preço do petróleo em 2023

Nos últimos meses, a acção conjugada do aumento de produção de petróleo (sobretudo dos países não membros da OPEP+), a libertação de reservas estratégicas de petróleo dos países membros da AIE e a expectável diminuição da procura de petróleo devido ao receio de uma recessão económica provocada pelos efeitos dos aumentos da taxa de inflação e das taxas de juro contribuíram para diminuir e estabilizar a cotação de petróleo até ao final de 2022.

No entanto, esta estabilização de preço pode ser breve. De acordo com o relatório *Oil Market Report*, da Agência Internacional de Energia (AIE), devido a, por um lado, a entrada em vigor da aplicação do preço limite para o petróleo proveniente da Rússia imposta pelo G7 e pela UE (no valor de 60 dólares por barril de petróleo), e o consequente decreto por parte da Rússia de aplicação de um boicote a todos os países que aplicarem o preço limite, limitando a oferta de petróleo para a EU, e, por outro lado, "o previsível aumento da procura de petróleo da China, um dos maiores consumidores de petróleo mundial, devido ao levantamento das restrições e os confinamentos totais devido ao aumento de casos de Sars-Cov 2", irão colocar uma pressão adicional ao preço do petróleo mundial.

Ainda segundo o relatório, "os aumentos modestos da OPEP+ fornecerão uma compensação parcial, mas os países não-OPEP+ dominarão os ganhos em 2023, adicionando 1,8 milhões de barris de petróleo por dia de oferta em 2023".

De acordo com a Reuters, no artigo de dia 2 de Janeiro de 2023, intitulado *Economic weakness set to weigh on oil price in 2023: Reuters poll*, refere que "uma pesquisa com 30 economistas e analistas previu que o petróleo Brent teria uma média de preço por barril de 89,37 dólares por barril em 2023, cerca de 4,6% abaixo do consenso de US\$ 93,65 dólares, numa pesquisa feita em Novembro".

Embora não tenha sido referido anteriormente, importa referir que existe uma escassez na oferta de diesel e de combustível para aviação a nível mundial. Esta pressão deve-se ao facto da sua produção ter diminuído durante os anos da pandemia.

A União Europeia vai iniciar em Fevereiro de 2023 um embargo aos derivados de petróleo russos, uma medida que vai aumentar os preços do diesel na UE, combustível que é crítico para o sector dos transportes.

Citando o *Oil Market Report*, da AIE "os mercados de diesel já estavam em déficit antes do conflito entre Rússia e Ucrânia, devido a uma queda da capacidade de refinação de diesel de 3,5 milhões de barris de petróleo por dia, desde o início da pandemia de Covid-19". Com o fim dos confinamentos da população e o aumento da actividade económica em 2022, a procura subiu de forma significativa, e a oferta de diesel e combustível de aviação ainda não recuperaram para os níveis pré pandemia. Ainda de acordo com o *Oil Market Report*, "prevê-se que a procura mundial de petróleo cresça 2,1 milhões de barris por dia em 2023. O combustível de aviação domina uma grande parte deste crescimento. O uso robusto de petróleo para geração de energia no Médio Oriente e na Europa, devido aos preços record de gás natural e eletricidade, vai fornecer um suporte adicional a esse crescimento da procura. A procura por barris de diesel não russos vai ser muito competitiva, com os países da UE a terem de licitar fornecimentos provenientes dos EUA, Médio Oriente e Índia. O aumento da capacidade da refinaria acabará por ajudar a aliviar as tensões do diesel. No entanto, até se verificar esse aumento de produção, se os preços subirem demasiado, uma maior destruição da procura pode ser inevitável para que os desequilíbrios do mercado sejam eliminados".

Expectativas para a evolução do preço do gás em 2023

Com a descida dos preços do GNL na UE a partir de Setembro de 2022, graças ao rápido fornecimento e armazenamento de gás, e ao facto das temperaturas meteorológicas estarem acima do que é esperado para esta altura do ano, o que contribuiu para a diminuição do consumo, verificou-se que nos primeiros dias do ano os preços continuaram a descer. Segundo o site *Trading Economics*, "os preços caíram para 74 € por MWh, um novo mínimo desde fevereiro de 2022, antes do início da guerra na Ucrânia. Os preços também estão mais de 75% abaixo dos níveis recordes de mais de 350€/MWh atingidos em Agosto, já que as temperaturas mais altas do que o esperado diminuíram as preocupações com a escassez e a necessidade de racionamento de gás". Por outro lado, "as importações record de Gás Natural Liquefeito (GNL) e o aumento da geração de energia eólica na França e na Alemanha ajudaram a manter os stocks cheios. Os armazenamentos de gás na Europa estão 83,5% cheios em 2 de janeiro, bem acima da norma sazonal de cinco anos de 70%".

De acordo com o artigo do *New York Times*, de 3 de Janeiro, intitulado *Natural gas prices in Europe fall to pre-invasion levels*, "o preço do gás natural europeu, medido pelo benchmark holandês T.T.F. contrato de futuros para Fevereiro de 2023, foi vendido por cerca de 76 euros o megawatt-hora. Na véspera do conflito, o contrato foi vendido por cerca de 88€/MWh".

Apesar disso, o site *Trading Economics* refere que "as perspectivas do fornecimento de GNL da UE para 2023 permanecem desafiadoras, pois a temporada de inverno está longe de terminar. Além disso, a Europa precisa de aumentar a sua capacidade de importação, num cenário em que um aumento na procura da China e de outros países asiáticos pode aumentar a concorrência no mercado".

A AIE, no seu relatório Gas Market Report, Q4-2022, referiu ainda que "os países da União Europeia precisariam de reduzir o uso do gás em 13% durante o inverno no caso de um corte completo do gás proveniente da Rússia. Grande parte desse corte teria que vir do comportamento dos consumidores, com medidas como, por exemplo, diminuir os termostatos em 1 grau e ajustar as temperaturas da caldeira, bem como medidas de conservação de energia dos sectores industrial e de utilities". Uma das áreas que poderá vir a ser afectada por eventuais cortes de energia será a das telecomunicações (nas quais se inclui a internet). Segundo a agência Reuters, "França, Suécia e Alemanha estão já a tentar garantir que as comunicações podem continuar em caso de um corte de energia. Em França, um plano apresentado pela distribuidora de electricidade Enedis, prevê potenciais cortes de energia de até duas horas, apontando que em caso de apagão os serviços essenciais, como por exemplo, hospitalares e governamentais, não seriam afectados".

Outro facto que pode ser visto como uma potencial ameaça prende-se com a expectável recessão económica na UE em 2023. De acordo com o artigo do New York Times, de 3 de Janeiro, intitulado "Natural gas prices in Europe fall to pre-invasion levels", refere que "a economia da UE está a desacelerar - metade da União Europeia deve estar em recessão este ano, disse a chefe do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva, no domingo - e a queda no preço do gás também sinaliza uma diminuição na procura por energia". Ainda segundo o artigo, "a queda nos preços do gás (...) não trará alívio imediato para consumidores e empresas que enfrentam altas contas de energia. Como as concessionárias compram os seus fornecimentos de GNL com antecedência através de hedging (procedimentos que ajustam, reduzem ou mitigam os efeitos negativos de possíveis movimentos do mercado), pode levar meses para que os preços mais baixos, se persistirem, cheguem aos consumidores e empresas".

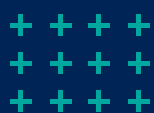
89,37\$

Previsão do preço médio do barril de Brent em 2023

350€/MWh

Valor record do preço de venda do gás, atingido em agosto de 2022





Vencer a crise para ganhar a década

BOLETIM N.º #15 DEZEMBRO 2022

Ficha Técnica:

Textos produzidos com a colaboração de:

Helena Leal
Hugo Oliveira
Isabel Francisco
José António Cortez
José Manuel Félix Ribeiro

A informação utilizada reporta a 03 de Janeiro de 2023

Comentários e sugestões para:

ccp@ccp.pt



CCP - Confederação do Comércio e Serviços Port

Cofinanciado por:

